



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO para REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026.**

**CONTRATANTE**

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer – SEMEDE

**OBJETO**

Seleção das propostas mais vantajosas para o Registro de Preços, objetivando a eventual contratação de empresa(s) para confecção e fornecimento de uniformes esportivos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer - SEMEDE.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:**

R\$ 1.244.982,30 (um milhão, duzentos e quarenta e quatro mil, novecentos e oitenta e dois reais e trinta centavos).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

Dia **08/06/2026** às **09:00 h** (horário de Brasília).

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por item e grupo.

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto e fechado.

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim

**SUMÁRIO:**

Preâmbulo

1. Do Objeto
2. Do Registro de Preços
3. Da Participação na Licitação
4. Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação
5. Do Preenchimento da Proposta
6. Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances
7. Da Fase de Julgamento
8. Da Fase de Habilitação
9. Dos Recursos
10. Da Formalização da Ata de Registro de Preços
11. Do Cadastro Reserva
12. Do Reajuste Contratual
13. Das Infrações Administrativas e Sanções
14. Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento
15. Da Convocação e Contratação
16. Das Disposições Gerais





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**PREÂMBULO**

O MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS, através da Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos, torna público que realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM E GRUPO com itens exclusivos para ME/EPP e de Ampla Concorrência**, nos termos da Lei Federal nº 14133/2021 e alterações supervenientes, Lei Complementar nº 123/2006 com alterações inseridas pela Lei Complementar nº 147/2014 e pela Lei nº 11488/2007, art. 34, e, de forma suplementar pelos Decretos Municipais nº 3884/2024 e 4039/2024 e mediante as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**Comissão de Contratação I – CC I**

**Data da sessão: 08/06/2026**

**Horário: 09:00 h (Horário de Brasília)**

**Endereço eletrônico: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

**Código UASG: 982921**

**Modo de Disputa: Aberto e Fechado**

**Participação:** itens exclusivos para ME/EPP e equiparadas e Itens de ampla concorrência.

**E-mail: [cpl1pmro@gmail.com](mailto:cpl1pmro@gmail.com) / [delcopmro@gmail.com](mailto:delcopmro@gmail.com)**

**Tel: (22) 2771-5543 / 2771-6404**

**1. DO OBJETO**

**1.1** O objeto da presente licitação é a seleção das propostas mais vantajosas para o Registro de Preços, objetivando a eventual contratação de empresa(s) para confecção e fornecimento de uniformes esportivos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer - SEMEDE, nas quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1** O prazo de vigência do Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, na forma do artigo 22 do Decreto Federal 11.462/23.

**2.1.1** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período inicial, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

**2.1.2** No caso da prorrogação da vigência da ata de registro de preços, os quantitativos previstos inicialmente serão renovados automaticamente na sua integralidade.

**2.1.3** Os preços registrados poderão ser alterados nas condições previstas na Ata de Registro de Preços, conforme minuta que faz parte deste edital de licitação – Anexo II (inciso VI do artigo 82 da Lei Federal 14.133/2021).

**2.1.4** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como eventuais adesões são as que constam na minuta da Ata de Registro de Preços – Anexo II

**2.2** O objeto da licitação será dividido em **23 (vinte e três) itens, dispostos em 07 (sete) grupos**, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**3.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.2** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

**3.5** Será concedido o tratamento favorecido estabelecido nos arts.42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, para as microempresas e empresas de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.5.1** A obtenção dos benefícios a que se referem os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato

**3.6** Não poderão disputar esta licitação:

**3.6.1** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.6.2** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.6.3** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.6.4** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.6.5** Cujo sócio e/ou dirigente mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e/ou civil com o prefeito, seu Vice, vereadores, Secretários e Subsecretários ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, tais como procuradores municipais, assessores jurídicos, técnicos da Controladoria-Geral do Município, membros das comissões de licitações, independentemente dos mesmos possuírem função gratificada ou de ser ocupante de cargo comissionado, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.6.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**3.6.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.6.8** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**3.6.9** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**3.6.10** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.7** Havendo alguma das incompatibilidades elencadas no item 3.6.5 e 3.6.10, a desincompatibilização, para ser válida, deverá ocorrer, no mínimo, 1 (um) ano antes da data marcada da licitação, de acordo com o art. 136, II, e do Estatuto dos Servidores Públicos de Rio das Ostras, LC 66/19.

**3.8** O rol descrito no item 3.6.5 é meramente exemplificativo, podendo englobar qualquer servidor público municipal lotado em qualquer Secretaria ou Órgão, desde que efetivamente comprovada a possibilidade de interferência no certame ou na execução do contrato, promovendo favorecimento indevido;

**3.9** O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.10** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2. e 3.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.11** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.12** O disposto nos itens 3.6.2. e 3.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.13** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**3.14** A vedação de que trata o item 3.6.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.15** De acordo com a súmula nº 16/2023 do TCE, a participação de sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial em procedimentos licitatórios deve ser permitida, em observância ao princípio da preservação da empresa, desde que haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11.1 deste Edital.

**4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

**4.3.1** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.3.2** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**4.3.3** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.3.4** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.4** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.4.1** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**4.4.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.5** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**4.6** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.7** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.8** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**4.9** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.9.1** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

**4.9.2** e os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.10** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.10.1** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

**4.10.2** e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.11** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.12** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.13** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total do item;
- b) Marca;
- c) Fabricante;
- d) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

**5.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**5.6** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.7** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.8** O formulário da Proposta de Preço, em sua forma prevista no Anexo III do edital de licitação, somente será utilizado pelo licitante vencedor, com vistas à readequação de sua oferta final.

**5.9** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.10** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no termo de referência, quando participarem de licitações públicas.

**5.11** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX e at. 75 da CRFB; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.3** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**6.3.1** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.3.2** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.4** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.5** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**6.6** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.7** O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

- 6.8** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.9** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.10** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (zero um centésimo por cento).
- 6.11** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.12** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.13** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.13.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.14.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.14.2** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.14.3** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.14.4** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.14.5** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**6.15.1** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.15, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**6.15.2** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.15.3** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.15.4** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.15.5** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.15.6** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.16** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.17** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.18** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.19** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.20** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.21** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.22** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**6.22.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**6.22.2** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.22.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.22.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.23** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.23.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**6.23.1.1** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.23.1.2** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**6.23.1.3** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.23.1.4** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.23.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.23.2.1** Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

**6.23.2.2** Empresas brasileiras;

**6.23.2.3** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.23.2.4** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009

**6.24** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.24.1** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.24.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.24.3** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.24.4** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.24.5** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.25** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**7 DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF, devendo disponibilizar esta documentação às demais licitantes, tendo em vista o princípio da transparência, previsto no artigo 5º, da Lei Federal 14.133 de 2021, para que possam eventualmente recorrer;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**7.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**7.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**7.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**7.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**7.3.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**7.5** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste edital.

**7.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1** Contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.8** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**7.8.1** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**7.8.1.1** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.8.1.2** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.9** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**7.10** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.11** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**7.11.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**7.11.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.12** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.13** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**7.14** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**7.15** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**7.16** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**7.17** Após a definição do preço final do licitante vencedor, o agente da contratação deverá verificar com os demais licitantes se aceitam cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, para formação de cadastro de reserva, a ser incluído na respectiva ata na forma de ANEXO A, conforme estipulado no Artigo 167 do Decreto nº 3884/2024.

## **8 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1** Os documentos previstos no Termo de Referência (Anexo I), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**8.1.1** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**8.2** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.2.1** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.3** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**8.4** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**8.5** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**8.6** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.7** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.8** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**8.8.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**8.9** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**8.9.1** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação.

**8.10** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.10.1** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**8.10.2** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**8.11** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, devendo-se disponibilizar esta documentação às demais licitantes, tendo em vista o princípio da transparência, previsto no artigo 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, para que possam eventualmente recorrer.

**8.11.1** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.11.2** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**8.12** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**8.12.1** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**8.12.2** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**8.13** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.14** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

**8.15** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.16** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas, estas últimas, desde que preencham os requisitos previstos no art. 34, da Lei nº 11488/2007, por ocasião da participação em Certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

**8.17** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**8.18** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, na forma do artigo 43, parágrafo primeiro, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 155/2016.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**8.19** O Não preenchimento da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 90, da Lei n.º 14.133, de 21 de junho de 2021, sendo facultado à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para assinatura do Contrato, ou Revogar a Licitação;

**8.20** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9 DOS RECURSOS**

**9.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**9.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**9.3.1** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**9.3.2** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**9.3.3** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**9.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**9.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**9.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **10 DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1** Uma vez homologado o resultado da licitação, o registro de preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, nas condições previstas neste edital e anexos, conforme o modelo constante no ANEXO II deste edital, que constitui documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

- 10.2** O MUNICIPIO convocará a licitante vencedora para no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.3** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela licitante vencedora convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo MUNICIPIO.
- 10.4** O presente edital, bem como os seus anexos, e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da ata de registro de preços.
- 10.5** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, em até 5 (cinco) dias úteis, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, e facultando ao MUNICIPIO convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação ou revogar a licitação.
- 10.6** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 10.7** A Ata de Registro de Preços assinada deverá ser devolvida acompanhada da cópia da Carteira de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura da Ata e o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.
- 10.8** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 10.9** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 10.10** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o MUNICIPIO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 10.11** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 10.12** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.
- 10.13** É vedada a participação de um órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, exceto quando a ata registrar um quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

## **11 DO CADASTRO RESERVA**

**11.1** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**11.1.1** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**11.1.2** dos licitantes que mantiverem sua proposta original

**11.2** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**11.2.1** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**11.2.2** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**11.3** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**11.3.1** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**10.3.2** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses prevista no art. 167, § 1º, do Decreto nº 3884/2024.

**11.4** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**11.4.1** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**11.4.2** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição

## **12 DO PRAZO, DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE CONTRATUAL**

**12.1** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do caput do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 36 do Decreto Federal 11.462/23.

**12.1.1** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como a inexistência de registros no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal.

**12.1.2** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**12.1.3** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**12.2** Considerando o disposto no art. 25, § 8º, da Lei n.º 14133/2021, bem como considerando que o prazo começa a ser contado do orçamento estimado, segundo o § 3º do art. 92 da mesma Lei. Os preços inicialmente são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da conclusão do orçamento estimado definitivo.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**12.3** Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**12.4** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**12.5** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**12.6** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**12.7** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**12.8** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio do termo aditivo.

**12.9** O reajuste será realizado por apostilamento, ou por aditivo.

**12.10** O reajuste a que a futura contratada fizer jus e não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual, se não houver qualquer ressalva no respectivo termo, ou com o encerramento do contrato.

**12.11** Os pedidos de reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro, conforme o caso, deverão ser respondidos pela Contratante no prazo de 90 (noventa) dias após conclusão da análise final da Controladoria-Geral do Município, devendo a Contratada juntar toda a documentação que for solicitada.

### **13 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**13.1** Com fulcro na **Lei nº 14.133, de 2021**, no Decreto Municipal nº 4039, de 2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**I-** Advertência

**II-** Multa: a) compensatória; b) de mora.

**III-** Impedimento de licitar e contratar

**IV-** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.1.1.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “a” do inciso II.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**13.1.2.** A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

**I-** Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso injustificado, na entrega de material ou execução de serviços e 1% (um por cento) ao dia após o 15º (décimo quinto) dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

**II-** O atraso na prestação da garantia contratual pelo licitante vencedor ou contratante acarretará a aplicação de multa, nos seguintes termos:

**a)** atraso de 30 (trinta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da garantia;

**b)** atraso entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da garantia;

**c)** atraso superior a 60 (sessenta) dias do termo final para a prestação da garantia: multa de 5% (cinco por cento) do valor da garantia.

**III-** De 3% (três por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços ou para a contratação direta, para aquele que:

**a)** na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;

**b)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**c)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**d)** tumultuar a sessão pública da licitação;

**e)** descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

**f)** propor recursos e impugnações manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

**g)** deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

**h)** deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**i)** permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

**j)** deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

**k)** não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;

**l)** manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;

**m)** utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

**n)** tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

**o)** deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

**p)** deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

**q)** deixar de repor funcionários faltosos;

**r)** deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

**s)** deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

**t)** deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

u) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

**IV-** De 10% (dez por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:

a) inexecução parcial, com ou sem prejuízo para o ente Contratante;

b) quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

**V-** De 20% (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato, da Ata de Registro de Preços;

h) recusa do infrator em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, salvo se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, do qual não tenha dado causa ou concorrido negligentemente, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, mediante decisão favorável e motivada da autoridade competente;

i) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

**13.1.2.1** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

**13.1.2.2** Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o *caput* e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.

**12.1.2.3** O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**13.1.2.4** A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.

**13.1.2.5** Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios estabelecido no Decreto Municipal nº 4039, de 2024:

**13.2.** Será aplicada a sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

**I-** Impedimento pelo período de até 01 (um) ano, caso o infrator:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

e) tenha sofrido três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;

f) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos no contrato e/ou na Ata de Registro de Preços;



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

- g) tumultue a sessão pública de licitação;
- h) dê ensejo ao cancelamento parcial do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços;
- i) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- j) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;
- k) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- l) induza em erro a Administração;
- m) seja reincidente na penalidade de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
  - 1. atraso na execução do objeto;
  - 2. alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;
  - 3. não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa.
- n) atraso na execução do disposto na Ata de Registro de Preços ou no contrato;

**II-** Impedimento pelo período entre 01 (um) ano até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) a paralisação injustificada do serviço, da obra ou do fornecimento de bens;
- c) à rescisão do contrato e/ou Ata de Registro de Preços;
- d) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
- e) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade.

**III-** Impedimento pelo período entre 02 (dois) anos até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- c) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações ou contratações diretas, no momento da contratação ou durante a execução do contrato;
- d) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
- e) comportamento inidôneo;
- f) apresentação de documentação falsa;
- g) falha ou fraude na execução do contrato;
- h) fraude fiscal.

**13.2.1** A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

**13.3** Será aplicada a sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

**I-** Pelo período entre 03 (três) anos até 04 (quatro) anos, no caso de o infrator:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

**II-** Pelo período entre 04 (quatro) anos até 05 (cinco) anos, no caso de o infrator:

- a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**III-** Pelo período entre 05 (cinco) anos até 06 (seis) anos, caso o infrator:

- a) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa);



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

- b) existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais;
- c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

**13.3.1** Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal nº 4039, de 2024, pelo prazo máximo de 06 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**13.4** O cometimento de mais de 01 (uma) infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente 01 (uma) delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

**13.5** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**13.6** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.7** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**13.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.9** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **14 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**14.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou formular pedido de esclarecimento este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**14.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**14.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**14.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame

**14.4.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**14.5** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **15 DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

**15.1** Homologado o resultado da licitação e empenhado, a Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos convocará a **ADJUDICATÁRIA** para que no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento do e-mail enviado a empresa ou convocação, assine o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e nos Decretos Municipais nºs 3884/2024, 4039/2024 e neste Edital.

**15.1.1** O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, e, desde que, seja aceito os motivos pela administração, podendo esta, se assim o entender, utilizar-se da prerrogativa prevista na Lei Federal 14.133/2021.

**15.2** Na hipótese do não atendimento à convocação, para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou havendo recusa em fazê-lo, poderá o Pregoeiro, sem prejuízo das aplicações das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais, convocar os demais licitantes, desde que respeitada a ordem de classificação e **ACEITAS AS MESMAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA VENCEDORA**, para, após a verificação dos requisitos de habilitação, proceder à assinatura.

**15.2.1** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, o município poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a elaboração do contrato ou da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, sem prejuízo de eventual negociação.

**15.3** Os atos decorrentes da nova convocação a que se refere o item 15.2, serão realizados através de convocação pelo sistema eletrônico, com a convocação direta dos licitantes remanescentes classificados para a análise da aceitabilidade do preço, e se for o caso, verificação – Documentação de Habilitação, com observância de todos os termos previstos neste Edital.

**15.4** Uma vez assinado o contrato será publicado no Portal Nacional de Compras Públicas -PNCP e no portal da transparência do Município de Rio das Ostras, dentro do prazo previsto em na Lei Federal 14.133./2021 bem como no Decreto Municipal 3884/2024.

## **16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**16.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

- 16.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)
- 16.10** As empresas deverão comunicar qualquer alteração de endereço ou contato celular com WhatsApp habilitado para receber todas as notificações do Município de Rio das Ostras, sob pena de validade das notificações realizadas unicamente pelo Jornal Oficial do Município.
- 16.11** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.12** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este edital.
- 16.13** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- **ANEXO I – Termo de Referência (TR);**
  - **ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preço;**
  - **ANEXO II A – Cadastro Reserva**
  - **ANEXO III – Proposta de Preços;**
  - **ANEXO IV – Critério de Aceitabilidade.**
  - **ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato.**

Rio das Ostras, 15 de maio de 2026.

**Ubiratan Nunes da Silva**  
**Secretário Municipal de Licitações, Compras e Contratos**





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 Realização de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, visando a contratação de empresa para confecção e fornecimento de **UNIFORMES ESPORTIVOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, nos Projetos Esportivos desenvolvidos pela Subsecretaria de Esporte e Lazer, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, nos termos da tabela abaixo:

EXCLUSIVO ME / EPP						
ITENS AVULSOS						
ITEM	CATMAT	MATERIAL/SERVIÇO Descrição do material	UND	QTD	VALORES ESTIMADOS	
					Preço Unit.	
1	604653	Bermuda masculina em tacetel	UND	2106	R\$ 24,60	R\$ 51.807,60
2	624319	Boné em tacetel	UND	630	R\$ 25,27	R\$ 15.920,10
3	477853	Calça 100% poliamida helanca (capoeira)	UND	300	R\$ 39,37	R\$ 11.811,00
4	255882	Short – Fabricado em cetim (Muay Thay)	UND	100	R\$ 52,47	R\$ 5.247,00
5	611670	Short em helanca (100% poliamida)	UND	50	R\$ 44,87	R\$ 2.243,50
6	625115	Bermuda Esporte, tipo passeio	UND	240	R\$ 44,60	R\$ 10.704,00
7	614134	Camisa Polo	UND	100	R\$ 31,58	R\$ 3.158,00
8	627052	Meia Soquete	PAR	280	R\$ 10,55	R\$ 2.954,00
GRUPO I						
9	602239	Confecção de JOGOS (KIT) de uniforme para participação dos alunos do Projeto Escola de Desporto (BASQUETE, VÔLEI E HANDEBOL)	KIT	30	R\$ 844,84	R\$ 25.345,20
GRUPO II						
10	626032	Confecção de (KIT) conjuntos de agasalho.	KIT	200	R\$ 126,59	R\$ 25.318,00
TOTAL ME / EPP						R\$ 154.508,40



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

DESTINADOS A AMPLA CONCORRÊNCIA						
ITEM AVULSO						
ITEM	CATMAT	MATERIAL/SERVIÇO Descrição do material	UND	QTD	VALORES ESTIMADOS	
					Preço Unit.	
11	467293	Meião (futebol)	PAR	6174	R\$ 15,87	<b>R\$ 97.981,38</b>
GRUPO III						
12	613369	Camisa com tecnologia DRY-FIT	UND	8916	R\$ 24,02	R\$ 214.162,32
13	613040	Camiseta Regata com tecnologia DRY-FIT	UND	5430	R\$ 22,72	R\$ 123.369,60
14	375380	Calção com tecnologia DRY-FIT	UND	5560	R\$ 17,61	R\$ 97.911,60
TOTAL GRUPO III						<b>R\$ 435.443,52</b>
GRUPO IV						
15	303495	Quimono Tamanho Infantil	UND	600	R\$ 156,90	R\$ 94.140,00
16	303498	Quimono Tamanho Adulto	UND	500	R\$ 151,69	R\$ 75.845,00
TOTAL GRUPO IV						<b>R\$ 169.985,00</b>
GRUPO V						
17	44651	Bermuda térmica em lycra	UND	5430	R\$ 32,20	R\$ 174.846,00
18	600811	Camisa em lycra (Body board)	UND	200	R\$ 53,68	R\$ 10.736,00
19	221607	Sunga em lycra	UND	500	R\$ 54,15	R\$ 27.075,00
20	460770	Maiô em lycra	UND	900	R\$ 57,17	R\$ 51.453,00
21	222122	Collant em lycra	UND	100	R\$ 55,73	R\$ 5.573,00
22	625373	Short em lycra	UND	100	R\$ 28,68	R\$ 2.868,00
TOTAL GRUPO V						<b>R\$ 272.551,00</b>
GRUPO VI						
23	602240	Confecção de JOGOS (KIT) de uniforme para FUTEBOL	KIT	84	R\$ 1.363,25	<b>R\$ 114.513,00</b>
TOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA						<b>R\$ 1.090.473,90</b>
TOTAL GERAL						<b>R\$ 1.244.982,30</b>

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras disponível site portal nacional de compras públicas não possui estes itens catalogados e o Município de Rio das Ostras, ainda não implementou o catálogo municipal padronizado.

1.5 A quantidade mencionada acima é uma estimativa, calculada com base no número de alunos matriculados nos Projetos Esportivos. Além disso, foi aplicada uma reserva técnica para assegurar a disponibilidade de uniformes a todos os alunos, inclusive em casos de novas matrículas, considerando o histórico dos anos anteriores.

1.6 Neste caso, o quantitativo não é constante, sendo a contratação por demanda uma estratégia essencial para otimizar recursos e garantir eficiência na gestão pública. Observa-se que a flutuação contínua no número de alunos, impõe a aquisição parcelada e de acordo com a necessidade, neste caso, o SRP possibilitará que tais aquisições sejam realizadas dentro das normas legais e com preços previamente registrados, evitando-se que o órgão sofra as flutuações de valores e alcance melhor os gastos com a capacitação ao longo do período contratual.

1.7 É vedado ao licitante apresentar proposta com quantitativo inferior ao máximo estabelecido.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

1.8 O consumo mínimo da ata será de 30% (trinta por cento) do quantitativo registrado, e o consumo máximo poderá atingir 100% (cem por cento) da ata.

1.9 As entregas deverão ocorrer de forma parcelada, da seguinte maneira:

Divisão	Descrição	Qtd. Total (100%)	1ª Parcela (30%)	2ª Parcela (30%)	3ª Parcela (40%) / Saldo
Itens avulsos	Bermuda masculina em tactel	2.106	632	632	842
	Boné em tactel	630	189	189	252
	Calça helanca	300	90	90	120
	Short Muay Thay	100	30	30	40
	Short helanca	50	15	15	20
	Bermuda esporte passeio	240	72	72	96
	Camisa polo	100	30	30	40
	Meia soquete	280	84	84	112
	Meião (futebol)	6.174	1.852	1.852	2.470

Grupos Kits	KIT Futebol	84	25	25	34
	KIT Basquete / Vôlei / Handebol	30	9	9	12
	KIT Agasalho	200	60	60	80

Grupo- Tecido Dry-Fit	Camisa Dry-Fit	8.916	2.675	2.675	3.566
	Camiseta Regata Dry-Fit	5.430	1.629	1.629	2.172
	Calção Dry-Fit	5.560	1.668	1.668	2.224
Grupo- Tecido quimono	Quimono Infantil	600	180	180	240
	Quimono Adulto	500	150	150	200
Grupo- Tecido Lycra	Camisa em lycra (Bodyboard)	200	60	60	80
	Sunga em lycra	500	150	150	200
	Maiô em lycra	900	270	270	360
	Collant em lycra	100	30	30	40
	Bermuda térmica lycra	5.430	1.629	1.629	2.172
	Short lycra	100	30	30	40

1.10 Por ser um contrato sob demanda, os uniformes serão fornecidos em até 03 (três) remessas por ano, podendo o número solicitado nas remessas ser menor que o estimado, mas garantido o consumo mínimo.

1.11 Todas as entregas deverão ser realizadas no Almoxarifado da Subsecretaria de Esporte e Lazer – Estádio de Futebol Julieta Carvalho Vianna, sito à Rua Francisco I.G. de Barros s/nº – Operário – Rio das Ostras – RJ., no horário das 8 h às 16 h, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados.

#### Sistema de Registro de Preços

1.12 O prazo de vigência do Registro de Preços será de 01 (um) ano, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

1.13 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período inicial, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

- 1.14 No caso da prorrogação da vigência da ata de registro de preços, os quantitativos previstos inicialmente serão renovados automaticamente na sua integralidade.
- 1.15 O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços será de até 10 dias úteis, a partir da homologação do certame licitatório.
- 1.16 O contrato resultante da Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.
- 1.17 O prazo de vigência do contrato será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da formalização adequada, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.
- 1.18 A Contratada deverá cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 NLLC).
- 1.19 Será concedido o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, para as microempresas e empresas de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 1.19.1 A obtenção dos benefícios a que se referem os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 1.20 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

**Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços**

- 1.21 A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP - fundamenta-se pois há variações quantitativas ao longo do ano devido a desistências, novas matrículas, criação/ampliação de núcleos esportivos e sazonalidades dos projetos (ETP, itens 5.1 e 5.3), bem como as entregas serão parceladas para atender ao cronograma interno dos projetos esportivos (ETP, itens 9.1, 9.3 e 9.5).
- 1.22 Nos termos do Decreto Municipal nº 3.884/2024, o órgão gerenciador será: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer – SEMEDE.

**Das Obrigações do Órgão Gerenciador:**

- 1.23 Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:
- I- realizar o procedimento de intenção de registro na forma do art. 154, deste Decreto;
  - II- consolidar todas as informações relativas a estimativa individual e total de consumo encaminhadas pelos órgãos participantes para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
  - III- elaborar o projeto básico ou termo de referência do registro de preços;
  - IV- promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente;





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

V- realizar a necessária pesquisa de mercado ampla e diversificada para elaboração da estimativa orçamentária, devendo zelar pela maior amplitude possível das fontes pesquisadas;

VI- confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico; VII- realizar todo procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;

VIII- gerenciar a ata de registro de preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes;

IX- conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;

X- divulgar o conteúdo do edital, da ata de registro de preços, os eventuais contratos e termos aditivos, na Imprensa Oficial, no sítio eletrônico da Prefeitura e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Da Possibilidade de Adesão por Órgãos ou Entidades não participantes:**

1.24 No presente caso, a admissibilidade de adesão mostra-se tecnicamente viável e administrativamente conveniente, tendo em vista que o objeto da contratação consiste no fornecimento de uniformes esportivos, bens de natureza padronizada e de uso comum no âmbito da Administração Pública. Trata-se de itens cujas especificações técnicas, materiais, modelagens e padrões de qualidade podem ser replicados para atendimento de diferentes órgãos ou entidades, sem comprometimento da execução contratual.

1.25 Além disso, embora os uniformes contenham identidade visual institucional (layout, logomarcas, cores ou inscrições específicas), tais elementos podem ser adequados ou personalizados conforme a necessidade do órgão aderente, sem alteração da essência do objeto contratado, das especificações técnicas do produto ou do equilíbrio econômico da ata, desde que as adaptações estejam previstas nas condições técnicas do Termo de Referência e sejam operacionalmente suportadas pelo fornecedor registrado.

1.26 A possibilidade de customização do layout, portanto, não descaracteriza a padronização do objeto, mas, ao contrário, amplia a utilidade da contratação para outros órgãos públicos que desenvolvam atividades esportivas, educacionais, sociais ou institucionais semelhantes, promovendo economicidade, racionalização administrativa, ganho de escala e eficiência nas contratações públicas.

1.27 Assim, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os Órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal, que não participaram do procedimento de IRP, poderão aderir à ata de registro de preços, na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação da justificativa da vantagem da adesão;
- b) demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art.23 da Lei nº 14.133/2021;
- c) consulta e aceitação prévia do órgão gerenciador e do fornecedor.

1.28 A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada, após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

1.29 Serão observadas as seguintes regras de controle para adesão à ata de registro de preços:



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

- a) as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços;
- b) o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata.

**Das Obrigações do órgão detentor da Ata**

1.30 O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua respectiva requisição de objeto, adequada ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

- I- garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;
- II- manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório;
- III- tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório;
- IV- promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter indicação do fornecedor, dos respectivos quantitativos e dos valores a serem praticados, encaminhando posteriormente as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- V- assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto a valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem quanto a sua utilização;
- VI- zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e
- VII- informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas em edital, firmadas na ata de registro de preços, as divergências relativas à entrega, às características e à origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação visa atender às necessidades identificadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado pela Subsecretaria de Esporte e Lazer, o qual demonstrou a indispensabilidade da aquisição de uniformes esportivos para execução adequada das atividades dos projetos esportivos municipais.

2.2. Os uniformes são essenciais para identificação, padronização, segurança e integração visual dos alunos, contribuindo para a organização das turmas, participação em competições, fortalecimento da imagem institucional e estímulo à prática esportiva.

2.3. A ausência de uniformes padronizados compromete a participação dos alunos em eventos, reduz a eficiência logística e prejudica a visibilidade das ações da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

2.4. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, DFD nº 699/2025, de modo a assegurar o atendimento integral da demanda projetada.

2.5 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

- I. ID PCA no PNCP: 982921;
- II. Data de publicação no PNCP: 17/12/2026;
- III. Id do item no PCA: 1362, 1363, 1365, 1365, 1366, 1367, 1368, 1369, 1370 e 1371;
- IV. Classe/Grupo: 17983,16516,14085,16506
- V. Identificador da Futura Contratação: 84005 e 8415

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A solução consiste na aquisição de uniformes esportivos completos e peças avulsas, confeccionados segundo padrões técnicos adequados ao uso esportivo, atendendo às necessidades funcionais, operacionais e de segurança dos alunos participantes dos projetos da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer. A contratação compreende itens têxteis destinados a diversas modalidades, incluindo esportes coletivos, atividades aquáticas, artes marciais e treinos gerais.

3.2. Os uniformes deverão apresentar especificações claras, suficientes e estritamente necessárias, de modo a garantir a qualidade, durabilidade e desempenho adequado.

3.3. Todos os materiais empregados na confecção das peças deverão observar, quando aplicáveis, as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especialmente aquelas relacionadas a tabelas de medidas e modelagem, tais como NBR 15.800:2009, NBR 16.060:2012 e NBR 16933:2021, bem como as normas aplicáveis às instruções de lavagem, manutenção e conservação.

3.3.1. Para fins de aferição dimensional das peças confeccionadas, será admitida variação de até  $\pm 1$  cm (um centímetro) ou  $\pm 2\%$  (cinco por cento) em relação às medidas de referência previstas nas tabelas técnicas, prevalecendo o critério que melhor represente a proporcionalidade da peça, desde que não comprometa a modelagem, o conforto, a funcionalidade ou a finalidade de uso do produto.

3.4. As peças deverão ser produzidas utilizando materiais de comprovado desempenho esportivo, conforme a finalidade específica de cada item, empregando tecidos dos tipos Dry-Fit, Lycra/Poliamida, Helanca e Tactel, observados os parâmetros técnicos que subsidiaram a pesquisa de preços da Administração, vedada a substituição por materiais de categoria inferior ou que alterem substancialmente a composição têxtil, gramatura, desempenho técnico ou custo de produção originalmente estimado.

3.4.1 Os materiais empregados deverão atender, no mínimo, aos seguintes critérios de desempenho:

- I – respirabilidade e controle térmico;
- II – resistência à abrasão, ao tracionamento e ao uso contínuo;
- III – estabilidade dimensional após processos de lavagem e secagem;
- IV – conforto, ergonomia e mobilidade compatíveis com as faixas etárias e modalidades atendidas;
- V – segurança de uso, com ausência de componentes, acabamentos ou acessórios que possam oferecer risco aos usuários.

3.5. A solução deve considerar todo o ciclo de vida do objeto, abrangendo:

- a) produção – preferencialmente com práticas sustentáveis, minimizando resíduos têxteis e consumo de recursos naturais;



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

b) uso – com durabilidade compatível com as demandas de treinos e atividades esportivas intensas, evitando reposições desnecessárias;

c) manutenção – facilidade de lavagem, secagem e conservação;

d) destinação final – promoção de descarte ambientalmente adequado e, quando cabível, logística reversa para resíduos e refugos.

3.6. Os uniformes deverão apresentar identidade visual padronizada, conforme layout institucional disponibilizado pela Administração e anexado ao edital, podendo ser utilizados métodos de aplicação como sublimação, serigrafia ou bordado, desde que atendidos os requisitos de resistência, fidelidade cromática, durabilidade e segurança.

3.6.1 A verificação da aderência do objeto ao layout institucional ocorrerá exclusivamente na fase de execução contratual, nos termos do art. 80, inciso III, mediante apresentação, pelo contratado, de 01 (uma) peça piloto de cada modelo contratado, pela equipe técnica da SEMEDE, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da ordem de fornecimento.

3.6.2 Recebida a peça piloto, a Administração realizará a análise de conformidade no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento, observando os critérios técnicos estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente quanto ao posicionamento, dimensões, fidelidade cromática, técnica de aplicação, acabamento e legibilidade da identidade visual.

3.6.2.1 A peça piloto apresentada pelo contratado será submetida à análise de conformidade pela equipe designada pela Administração, observando os critérios objetivos abaixo:

Item	Critério de Avaliação	Parâmetro Objetivo de Aceitação	Resultado
1	<b>Modelo da peça</b>	Deve corresponder integralmente ao modelo previsto no layout anexo (camisa, bermuda, regata, agasalho, meião etc.)	Conforme / Não Conforme
2	<b>Cores institucionais</b>	As cores aplicadas devem corresponder ao padrão visual constante no layout institucional, admitindo-se variação máxima de até 5% de tonalidade	Conforme / Não Conforme
3	<b>Posicionamento das logomarcas</b>	As marcas institucionais devem estar aplicadas exatamente nas posições previstas no layout, admitida variação máxima de $\pm 1$ cm	Conforme / Não Conforme
4	<b>Dimensões das logomarcas</b>	As proporções das marcas devem seguir o layout aprovado, admitida variação máxima de $\pm 5\%$	Conforme / Não Conforme
5	<b>Nitidez e legibilidade gráfica</b>	Textos, símbolos e elementos gráficos devem estar íntegros, legíveis e sem distorções	Conforme / Não Conforme
6	<b>Fidelidade visual do layout</b>	A distribuição de faixas, recortes, grafismos e demais elementos visuais deve corresponder integralmente ao layout anexo	Conforme / Não Conforme
7	<b>Método de aplicação</b>	Deve corresponder ao método previsto na proposta/contratação (sublimação, serigrafia ou bordado), sem alteração não autorizada	Conforme / Não Conforme
8	<b>Acabamento da aplicação</b>	Não serão admitidas falhas, borões, desalinhamentos, vincos permanentes, descolamentos ou falhas de costura	Conforme / Não Conforme



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

9	<b>Aderência da aplicação ao tecido</b>	A aplicação deve apresentar fixação uniforme, sem descascamento, falhas ou desprendimento	Conforme / Não Conforme
10	<b>Numeração e personalização (quando aplicável)</b>	Numeração e identificação devem observar fonte, proporção e posicionamento previstos no layout	Conforme / Não Conforme
11	<b>Conformidade geral</b>	A peça deve reproduzir integralmente o padrão visual aprovado pela Administração	Conforme / Não Conforme

3.6.3. Caso a peça piloto apresentada seja reprovada, o contratado será formalmente notificado para realizar os ajustes necessários e apresentar nova versão no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sem ônus adicional para a Administração.

3.6.4. Será admitida a apresentação de até 2 (duas) peças piloto substitutivas, além da primeira apresentação, totalizando no máximo 3 (três) análises pela Administração.

3.6.5. Persistindo a desconformidade após a última oportunidade de correção, a Administração poderá recusar definitivamente o objeto, aplicar as medidas contratuais cabíveis e, como se trata de ata de registro de preços, convocar o licitante subsequente, observada a ordem de classificação e as condições do instrumento convocatório, sem prejuízo da apuração de responsabilidade do fornecedor.

3.7 Durante a vigência da ata será permitida a alteração do layout, desde que não implique modificação substancial da técnica ou do método de aplicação originalmente previsto — tais como sublimação, serigrafia ou bordado — nem acarrete desequilíbrio econômico-financeiro das condições originalmente registradas ou contratadas, ressalvada a hipótese de formalização do devido ajuste contratual, nos termos da legislação aplicável.

3.8 Na hipótese de alteração do layout institucional por iniciativa da Administração durante a vigência da ata de registro de preços ou do instrumento contratual, o contratado será formalmente comunicado e deverá apresentar nova peça piloto adaptada ao novo padrão visual no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da comunicação oficial.

3.9 A entrega após a provação do layout deverá ocorrer de forma parcelada, embalada e organizada por item e/ou kit, gênero e tamanho, atendendo ao planejamento interno da Subsecretaria de Esporte e Lazer, garantindo rastreabilidade, controle de estoque e agilidade na distribuição.

3.10. A contratada será responsável por todos os custos diretos e indiretos relativos à confecção, personalização, embalagem, transporte e entrega, sem ônus adicional à Administração, devendo assegurar garantia contra defeitos de fabricação, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

3.11. A solução adotada deve privilegiar padronização, segurança, durabilidade e sustentabilidade, assegurando que todos os alunos recebam uniformes adequados ao uso esportivo, de forma uniforme e eficiente, sem especificações irrelevantes ou desnecessárias ao objeto.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 A presente contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos, operacionais, legais e de sustentabilidade, conforme definidos neste Termo de Referência e na legislação vigente:

4.1.1 Os itens a serem contratados deverão atender integralmente às especificações técnicas detalhadas no ANEXO I – Especificações, observando, no que couber, os padrões de qualidade e desempenho definidos pelas normas ABNT NBR 15800, NBR 16060 e NBR 16933. Os produtos devem apresentar composição têxtil adequada, modelagem compatível com as faixas etárias atendidas, resistência física adequada ao uso esportivo, acabamentos reforçados, identidade visual padronizada e dimensões conforme layout oficial. Todos os uniformes, peças avulsas e kits deverão cumprir as





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

características mínimas de material, tecnologia, durabilidade e segurança previstas nos requisitos técnicos deste Termo de Referência, admitindo-se quaisquer marcas ou fabricantes que comprovem conformidade com tais parâmetros.

**Sustentabilidade:**

4.2 Recomenda-se que as empresas adotem práticas sustentáveis relacionadas ao ciclo de vida dos uniformes esportivos, abrangendo as etapas de produção, utilização e destinação final. Entre tais práticas, incluem-se o uso de matérias-primas de menor impacto ambiental, a redução de resíduos e consumo de recursos naturais nos processos produtivos, métodos de fabricação que aumentem a durabilidade das peças, bem como ações voltadas ao descarte ambientalmente adequado de resíduos têxteis ou à implementação de logística reversa quando aplicável.

4.3 Essas exigências estão alinhadas à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e à Lei Municipal nº 2.291/2019.

**Da vedação de contratação de marca ou produto**

4.4 Não haverá indicação, exigência ou restrição de marcas, fabricantes ou modelos específicos, sendo admitidos quaisquer produtos que atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência. A referência eventual a características, nomenclaturas ou tecnologias presentes no mercado tem finalidade meramente descritiva e não constitui limitação à participação de fornecedores, desde que o produto ofertado apresente desempenho e qualidade equivalentes.

**Garantia legal:**

4.5 Todos os itens fornecidos deverão possuir garantia de fabricação, conforme Código de Defesa do Consumidor.

**Da exigência de catálogo:**

4.6 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar catálogo, que terá data, local e horário de sua apresentação divulgada por mensagem no sistema.

4.7 Serão exigidos catálogos dos itens/kits individualmente, contendo todas as peças integrantes.

4.8 Com fundamento no art. 80, inciso I, do Decreto Municipal nº 3.884/2024, como mecanismo de verificação da aderência do objeto ofertado às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, será exigida, durante a fase de julgamento das propostas, a apresentação de catálogo técnico exclusivamente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

4.9 O catálogo técnico deverá conter, de forma clara, objetiva e verificável, as informações mínimas indispensáveis para validação da proposta, considerando que os itens possuem naturezas têxteis e finalidades distintas, tais como uniformes esportivos, artes marciais, atividades culturais e demais modalidades previstas neste Termo de Referência.

4.10 A análise do catálogo técnico nesta fase limitar-se-á exclusivamente à verificação das características técnicas, materiais, estruturais, funcionais, construtivas e de fabricação dos produtos ofertados, não abrangendo a validação de identidade visual, posicionamento de logomarcas, personalizações gráficas ou aderência ao layout institucional do Município, cuja análise ocorrerá exclusivamente na fase de execução contratual, mediante apresentação de peça piloto, conforme item 3.6 deste Termo de Referência.

4.10.1 Dos critérios exigidos:



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

<b>Categoria</b>	<b>Crítérios Técnicos Exigidos</b>
<b>1. Identificação do Produto</b>	Nome comercial do item; código ou referência do fabricante; modelo ofertado; finalidade de uso; tabela de medidas conforme ABNT NBR 16933, NBR 15800 e NBR 16060, quando aplicável.
<b>2. Especificações do Material Têxtil</b>	Tipo e composição do tecido; gramatura (g/m <sup>2</sup> ); tecnologia aplicada (dry-fit, proteção UV, absorção de suor etc.); resistência compatível com a finalidade de uso; instruções de conservação e lavagem.
<b>3. Construção e Acabamento</b>	Tipo de costura; reforços estruturais; tipo de fechamento; modelagem anatômica compatível com a modalidade.
<b>4. Identidade Visual e Personalização</b>	Descrição da capacidade técnica de personalização, métodos disponíveis de aplicação (sublimação, serigrafia, bordado etc.), <b>sem análise do layout institucional nesta fase.</b>
<b>5. Variedade de Modelos e Numerações</b>	Grade de tamanhos; numerações especiais, quando aplicável; ajustes técnicos; modelagens específicas.
<b>6. Registro Fotográfico Técnico</b>	Fotografias reais do produto ofertado nos ângulos frontal, posterior, lateral e detalhes de acabamento. Excepcionalmente, mediante justificativa aceita pela Administração, poderão ser admitidas imagens ilustrativas.
<b>7. Informações do Fabricante</b>	Razão social; CNPJ; endereço; unidade fabril; capacidade produtiva; garantia do produto; declaração de autenticidade do catálogo técnico.

4.9.2 O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar o catálogo técnico no prazo de até 1 (um) dia útil, contados da convocação formal realizada pelo pregoeiro por meio do sistema eletrônico.

4.9.3 Excepcionalmente, caso o licitante tenha algum problema técnico em apresentar o catálogo por meio digital, poderá apresentá-lo em até 2 dias úteis no endereço da Subsecretaria de Esporte e Lazer, que serão avaliadas pela equipe técnica designada, com base nos seguintes critérios.

4.9.4 Recebido o catálogo técnico, a equipe técnica designada pela Administração realizará a análise de conformidade no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento integral da documentação.

4.10 É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.11 No caso de não haver entrega ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega fora das especificações previstas, a proposta poderá ser recusada.

4.12 A critério da Administração, em casos de dúvida quanto à suficiência das informações constantes no catálogo, poderá ser solicitado o envio de informações complementares, esclarecimentos técnicos ou, em caráter excepcional, a apresentação de amostra física, neste caso, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema.

4.13 O resultado da avaliação será igualmente divulgado no mesmo ambiente eletrônico, com indicação clara da avaliação e da justificativa técnica nos casos de reprovação, garantindo-se a publicidade e a transparência do procedimento.

4.14 Se os catálogos apresentados(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação dos catálogos e/ou amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.15 Persistindo dúvidas técnicas após a análise do catálogo, que justificadamente possam ser aferidas pela Administração por meio de amostra, esta poderá ser solicitar do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar. As amostras serão tratadas como protótipos de teste, podendo ser submetidas a avaliações técnicas, inclusive manuseio ou desmontagem, sem gerar direito a ressarcimento por eventual desgaste ou inutilização.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

4.16 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de análises e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

**Subcontratação:**

4.17 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.17.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: fornecimento dos uniformes.

4.17.2 A subcontratação fica limitada ao serviço de transporte para entrega dos uniformes nos locais estipulados neste Termo de Referência, não podendo ultrapassar o limite de 30% do valor total.

4.18 O contrato poderá conter outras regras básicas aplicáveis à subcontratação

**Garantia da execução**

4.19 Justifica-se a exigência de garantia contratual em razão de a contratação ocorrer sob o regime de Registro de Preços, caracterizado por entregas futuras e parceladas, cujo cumprimento depende de pedidos subsequentes e emissão de ordens de fornecimento ao longo da vigência da Ata.

4.20 Trata-se de obrigação cuja execução se projeta no tempo, não se concluindo em ato único, o que eleva o risco de inadimplemento parcial ou total por parte da contratada. Assim, a garantia é necessária para resguardar a Administração Pública contra eventuais descumprimentos, assegurando a efetiva entrega dos bens nas quantidades e prazos solicitados, conforme autoriza o art. 96 da Lei nº 14.133/2021. A medida resguarda o interesse público, reforça a segurança da execução contratual e não impõe restrição indevida à competitividade.

4.21 A garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

4.22. A futura contratada se obriga a apresentar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.

4.23. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.24. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.25. A futura contratada poderá substituir a apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

4.26. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração em relação à garantia da contratação.

4.27. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

4.28. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo acima, observada a legislação que rege a matéria.

4.29. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica a ser indicada pelo Município, com correção monetária.

4.30. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.31. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.32. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.33. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.34. A futura Contratada executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.35. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

4.36. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.37. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.38. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.39. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.40. A futura Contratada autoriza o contratante a refer, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

4.41. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

4.42. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**Da participação de Consórcios:**

4.43 A participação de consórcios não será permitida nesta licitação. A presente vedação fundamenta-se na análise técnica constante do Estudo Técnico Preliminar, que concluiu que o objeto apresenta baixa complexidade, ampla disponibilidade no mercado e plena capacidade de execução por empresas individualmente constituídas. Trata-se de fornecimento padronizado de uniformes esportivos, cujas especificações são amplamente atendidas por fabricantes e fornecedores habituais, não havendo necessidade técnica ou operacional que justifique a formação de consórcios.

**ME, EPP e Cooperativa**

4.44 Será aplicada a reserva de cota, para participação de Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), assim como será permitida a participação de cooperativas, desde atendidos os critérios legais.

**5. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 4039, de 2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I- Advertência

II- multa: a) compensatória; b) de mora.

III- impedimento de licitar e contratar

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

5.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “a” do inciso II.

5.3. A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I- multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso injustificado, na entrega de material ou execução de serviços e 1% (um por cento) ao dia após o 15º (décimo quinto) dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

II- o atraso na prestação da garantia contratual pelo licitante vencedor ou contratante acarretará a aplicação de multa, nos seguintes termos:

a) atraso de 30 (trinta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da garantia;

b) atraso entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da garantia;

c) atraso superior a 60 (sessenta) dias do termo final para a prestação da garantia: multa de 5% (cinco por cento) do valor da garantia.

III- de 3% (três por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços ou para a contratação direta, para aquele que:

a) na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

d) tumultuar a sessão pública da licitação;

e) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

f) propor recursos e impugnações manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

- g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- h) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- i) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- j) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- k) não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;
- l) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- m) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- n) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- o) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- p) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- q) deixar de repor funcionários faltosos;
- r) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- s) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- t) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- u) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.
- IV- de 10% (dez por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:
- a) inexecução parcial, com ou sem prejuízo para o ente Contratante;
- b) quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.
- V- de 20% (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:
- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato, da Ata de Registro de Preços;
- h) recusa do infrator em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, salvo se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, do qual não tenha dado causa ou concorrido negligentemente, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, mediante decisão favorável e motivada da autoridade competente;
- i) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

5.4.A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

5.5. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

5.6.O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

5.7.A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.

5.8. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios estabelecido no Decreto Municipal nº 4039, de 2024:

5.9. Será aplicada a sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- impedimento pelo período de até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) tenha sofrido três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;
- f) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos no contrato e/ou na Ata de Registro de Preços;
- g) tumultue a sessão pública de licitação;
- h) dê ensejo ao cancelamento parcial do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços;
- i) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- j) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;
- k) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- l) induza em erro a Administração;
- m) seja reincidente na penalidade de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
  - 1. atraso na execução do objeto;
  - 2. alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;
  - 3. não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa.
- n) atraso na execução do disposto na Ata de Registro de Preços ou no contrato;

II- impedimento pelo período entre 01 (um) ano até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) a paralisação injustificada do serviço, da obra ou do fornecimento de bens;
- c) à rescisão do contrato e/ou Ata de Registro de Preços;
- d) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
- e) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade.

III- impedimento pelo período entre 02 (dois) anos até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- c) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações ou contratações diretas, no momento da contratação ou durante a execução do contrato;
- d) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
- e) comportamento inidôneo;
- f) apresentação de documentação falsa;
- g) falha ou fraude na execução do contrato;
- h) fraude fiscal.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

5.10. A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

5.11. Será aplicada a sanção de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- pelo período entre 03 (três) anos até 04 (anos) anos, no caso de o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

II- pelo período entre 04 (quatro) anos até 05 (anos) anos, no caso de o infrator:

a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

III- pelo período entre 05 (cinco) anos até 06 (seis) anos, caso o infrator:

a) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa);

b) existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais;

c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

5.12. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal nº 4039, de 2024, pelo prazo máximo de 06 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

5.13. O cometimento de mais de 01 (uma) infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente 01 (uma) delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

5.14. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

5.15. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

5.16. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

5.17. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

5.18. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **6. DO REAJUSTE CONTRATUAL**

6.1. Considerando o disposto no art. 25, § 8º, da Lei n.º 14133/2021, bem como considerando que o prazo começa a ser contado do orçamento estimado, segundo o § 3º do art. 92 da mesma Lei.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

6.2. Os preços inicialmente são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da conclusão do orçamento estimado definitivo.

6.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5.1. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.5.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio do termo aditivo.

6.5.4. O reajuste será realizado por apostilamento, ou por aditivo.

6.5.5. O reajuste a que a futura contratada fazer jus e não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual, se não houver qualquer ressalva no respectivo termo, ou com o encerramento do contrato

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

7.1 Antes do início da produção integral dos uniformes esportivos, a contratada deverá apresentar peça piloto de cada modelo contratado para análise e validação pela equipe técnica designada pela Administração, nos termos do item 3.6 deste Termo de Referência.

7.1.1 Na avaliação da peça piloto, a Administração verificará, cumulativamente:

I – a correta aplicação do layout institucional aprovado;

II – a conformidade das características técnicas, materiais, construtivas e funcionais previamente aprovadas por meio do catálogo técnico apresentado na fase de aceitação da proposta.

7.1.2 Somente após a aprovação formal da peça piloto poderá ser autorizada a produção em escala, iniciando-se, a partir dessa aprovação, os prazos de fornecimento previstos neste Termo de Referência.

7.2 O fornecimento dos uniformes esportivos será realizado em até 03 (três) parcelas, de acordo com a necessidade da SEMEDE e mediante emissão de Ordens de Fornecimento. O consumo mínimo será de 30% (trinta por cento) do quantitativo total registrado, podendo a Administração convocar entregas adicionais até o limite máximo de 100% (cem por cento) do quantitativo registrado.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

7.3 As entregas serão programadas de forma a atender ao cronograma interno de distribuição dos projetos esportivos, nos seguintes prazos e condições:

Divisão	Descrição	Qtd. Total (100%)	1ª Parcela (30%)	2ª Parcela (30%)	3ª Parcela (40%) / Saldo	Prazo dias corridos após emissão OFOR
Itens avulsos	Bermuda masculina em tadel	2.106	632	632	842	30 dias
	Boné em tadel	630	189	189	252	30 dias
	Calça helanca	300	90	90	120	30 dias
	Short Muay Thay	100	30	30	40	30 dias
	Short helanca	50	15	15	20	30 dias
	Bermuda esporte passeio	240	72	72	96	30 dias
	Camisa polo	100	30	30	40	30 dias
	Meia soquete	280	84	84	112	30 dias
	Meião (futebol)	6.174	1.852	1.852	2.470	30 dias

Grupos Kits	KIT Futebol	84	25	25	34	30 dias
	KIT Basquete / Vôlei / Handebol	30	9	9	12	
	KIT Agasalho	200	60	60	80	

Grupo Tecido Dry-Fit	Camisa Dry-Fit	8.916	2.675	2.675	3.566	30 dias
	Camiseta Regata Dry-Fit	5.430	1.629	1.629	2.172	
	Calção Dry-Fit	5.560	1.668	1.668	2.224	
Grupo Tecido qui-mono	Quimono Infantil	600	180	180	240	30 dias
	Quimono Adulto	500	150	150	200	
Grupo Tecido Lycra	Camisa em lycra (Bodyboard)	200	60	60	80	30 dias
	Sunga em lycra	500	150	150	200	
	Maiô em lycra	900	270	270	360	
	Collant em lycra	100	30	30	40	
	Bermuda térmica lycra	5.430	1.629	1.629	2.172	
	Short lycra	100	30	30	40	

7.4 Os uniformes esportivos deverão ser entregues diretamente no Almoxarifado da Subsecretaria de Esporte e Lazer – Estádio de Futebol Julieta Carvalho Vianna, sito à Rua Francisco I.G. de Barros s/nº – Operário – Rio das Ostras – RJ., no horário das 8 h às 16 h, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados.

7.5 A contratada será responsável por todos os custos diretos e indiretos, incluindo fabricação, personalização, embalagem, transporte, carga, descarga e eventuais tributos, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

7.6 Caso sejam identificadas não conformidades após o recebimento provisório, mesmo que não perceptíveis no ato da entrega, a contratada será notificada e deverá substituir os produtos ou corrigir as falhas no prazo máximo de 10 dias úteis, sem custos adicionais para a contratante.

7.7 A aceitação definitiva dos itens será formalizada por meio de um **Termo de Recebimento Definitivo**, emitido após a verificação integral do cumprimento das condições estabelecidas no contrato.

7.8 No ato de entrega, a contratada deverá observar as seguintes condições operacionais:

- ✓ Os entregadores deverão aguardar a conferência da Nota Fiscal em relação a verificação da quantidade/qualidade/adequação do objeto a ser entregue;





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

- ✓ Após a confirmação do objeto o romaneio de carga/entrega do fornecedor deverá ser assinado e datado, pelo servidor responsável, atestando o recebimento.
- ✓ O romaneio de carga/entrega do fornecedor e a nota fiscal correspondente ao fornecimento efetuado deverá ser entregue à equipe de fiscalização ou ao servidor designado por ele;
- ✓ O transporte deverá ser realizado em veículo apropriado nos termos da legislação vigente;
- ✓ Os fornecedores devem entregar as mercadorias com carrinho próprio (para fazer o transporte do veículo, da rua até o setor).

**Garantia Legal**

7.9 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**Da obrigação da Contratada**

7.10 Conduzir o fornecimento dos uniformes esportivos de acordo com as normas e as especificações técnicas deste Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;

7.11 Prestar a garantia contratual no prazo previsto neste Termo de Referência, no entanto, a garantia será exigível no contrato subsequente à ata e não no Registro de Preços;

7.12 Entregar os materiais no endereço indicado pela contratante; prover a entrega dos itens, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;

7.13 Iniciar e concluir a entrega dos materiais dentro dos prazos estipulados e comunicar ao Fiscal do contrato, tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

7.14 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

7.15 Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;

7.16 Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento; indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.

**Da obrigação da Contratante**

7.17 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;

7.18 Fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;

7.19 Exercer a fiscalização do contrato;

7.20 Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato;



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

- 7.21 A contratante deverá verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência, Edital, seus anexos e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.22 A contratante deverá comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no fornecimento, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.23 A contratante deverá acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidores especialmente designados;
- 7.24 A contratante deverá efetuar o pagamento à contratada correspondente ao fornecimento, no prazo e forma estabelecidos neste termo de referência.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

- 8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 8.6.1 A gestão deste contrato será exercida pela SEMEDE através dos seguintes servidores:
- 8.6.1.1 Fiscal Técnico: MÁRCIO LUIZ VIEIRA DE SOUZA, matrícula nº 21.370-5
- 8.6.1.2 Fiscal Administrativo: JEFERSON DE JESUS FRAGA, Matrícula: 20451-0
- 8.6.1.3 Gestor: MARCELO NEGRÃO SANTIAGO, Matrícula: 3325-1

### **Fiscalização Técnica (Art. 17, II, c/c Art. 42 do Decreto nº 3.884./24)**

- 8.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 8.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

### **Fiscalização Administrativa (Art. 17, III, c/c Art. 43 do Decreto nº 3.884/24)**

- 8.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

8.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

8.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

8.9.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

8.9.2. Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários a esta constatação, com especial atenção para a regularidade trabalhista e previdenciária nos casos de obras e serviços com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;

8.9.3. examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

8.9.4. atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

8.9.5. participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, sob coordenação do gestor do contrato;

8.9.6. auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado e

8.9.7. realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9.8. receber e conferir a nota fiscal emitida pela contratada, atestando a efetiva realização do objeto contratado, na quantidade e qualidade contratada, para fins de pagamento das faturas correspondentes;

8.9.9. Nos casos de requerimento de revisão contratual, exigir a comprovação dos custos suportados pelo contratado através de notas fiscais, realizando análise crítica da compatibilidade dos preços com a realidade de mercado constatada junto a outras fontes;

8.9.10. Receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal, para o gestor do contrato que, após conferência, remeterá a documentação para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;

8.9.11. Verificar o cumprimento das normas trabalhistas por parte da contratada, inclusive no que se refere à utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, a fim de evitar acidentes com agentes administrativos, terceiros e empregados da contratada, e, na hipótese de descumprimento, comunicar ao gestor para impulsionar o procedimento tendente à notificação da contratada para o cumprimento das normas trabalhistas e instauração de processo administrativo para aplicação de sanção administrativa;

8.9.12. Certificar-se do correto cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias decorrentes do contrato e, caso necessário, buscar auxílio junto os setores de contabilidade da Administração para a verificação dos cálculos apresentados, observando o disposto no art. 46 do Decreto 3.884/24;

**Gestor do Contrato (Art. 41 do Decreto 3.884/24)**

8.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

8.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando apresentarem divergência quantitativa, avarias, falhas aparentes de fabricação, ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas constantes no catálogo técnico aprovado na fase de aceitação da proposta ou com a peça piloto validada na fase de execução contratual, devendo ser substituídos no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório e da respectiva nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, após a verificação técnica da qualidade, quantidade, medidas, composição têxtil, gramatura, acabamento, costuras, reforços estruturais, numeração, integridade física e demais especificações contratadas, formalizando-se mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo.

9.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**Liquidação**

9.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.9.1. o prazo de validade;
- 9.9.2. a data da emissão;
- 9.9.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 9.9.5. o valor a pagar;
- 9.9.6. o número da Nota de Empenho;
- 9.9.7. o número da ORFOR;
- 9.9.8 a Descrição dos bens; e
- 9.9.9. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- 9.9.10. número do lote, quando se tratar de medicamentos.

9.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

9.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**Prazo de pagamento**

9.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, para os contratos em geral.

9.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

**Forma de pagamento**

9.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item e grupo no modo de disputa aberto e fechado.

**Forma de fornecimento**

10.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

10.2.1 O fornecimento dos uniformes esportivos será realizado em até 03 (três) parcelas, de acordo com a necessidade da SEMEDE e mediante emissão de Ordens de Fornecimento.

10.2.2 O consumo mínimo será de 30% (trinta por cento) do quantitativo total registrado, podendo a Administração convocar entregas adicionais até o limite máximo de 100% (cem por cento) do quantitativo registrado.

10.2.3 As entregas serão programadas de forma a atender ao cronograma interno de distribuição dos projetos esportivos, a saber:

Divisão	Descrição	Qtd. Total (100%)	1ª Par- cela (30%)	2ª Parcela (30%)	3ª Par- cela (40%) / Saldo	Prazo dias corridos após emissão OFOR
	Bermuda masculina em tadel	2.106	632	632	842	30 dias
	Boné em tadel	630	189	189	252	30 dias
	Calça helanca	300	90	90	120	30 dias
	Short Muay Thay	100	30	30	40	30 dias



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

Itens avulsos	Short helanca	50	15	15	20	30 dias
	Bermuda esporte passeio	240	72	72	96	30 dias
	Camisa polo	100	30	30	40	30 dias
	Meia soquete	280	84	84	112	30 dias
	Meião (futebol)	6.174	1.852	1.852	2.470	30 dias

Grupos Kits	KIT Futebol	84	25	25	34	30 dias
	KIT Basquete / Vôlei / Handebol	30	9	9	12	
	KIT Agasalho	200	60	60	80	

Grupo Tecido Dry-Fit	Camisa Dry-Fit	8.916	2.675	2.675	3.566	30 dias
	Camiseta Regata Dry-Fit	5.430	1.629	1.629	2.172	
	Calção Dry-Fit	5.560	1.668	1.668	2.224	
Grupo Tecido quimono	Quimono Infantil	600	180	180	240	30 dias
	Quimono Adulto	500	150	150	200	
Grupo Tecido Lycra	Camisa em lycra (Bodyboard)	200	60	60	80	30 dias
	Sunga em lycra	500	150	150	200	
	Maiô em lycra	900	270	270	360	
	Collant em lycra	100	30	30	40	
	Bermuda térmica lycra	5.430	1.629	1.629	2.172	
	Short lycra	100	30	30	40	

**Exigências de habilitação**

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;

10.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física;

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

**Qualificação Econômico-Financeira - Restrita aos itens não exclusivos a ME / EPP**

10.23 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

10.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

10.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

10.25.1. A boa situação financeira da empresa será demonstrada pelo licitante através da aplicação dos índices econômicos financeiros, a serem extraídos do balanço patrimonial indicado acima, calculado com duas casas decimais de acordo com a fórmula abaixo, observando-se o resultado obtido da aplicação dos índices econômicos financeiros.

• ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE .....  $ILC = AC/PC \geq 1,00$  • ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL .....  $ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP) \geq 1,00$  • ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL .....  $IEG = (PC + ELP) / AT < 1,00$  Onde: AC = ATIVO CIRCULANTE PC = PASSIVO CIRCULANTE RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO AT = ATIVO TOTAL

10.25.2. Os licitantes que apresentarem resultado inferior a 1 (um) nos índices de Liquidez Corrente (LC) e Liquidez Geral (LG) ou resultado maior ou igual a 1 (um) no Índice de Endividamento Geral (IEG), deverão comprovar, considerados os riscos da Administração, o patrimônio líquido mínimo, 2,5% (dois e meio por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

10.25.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.25.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.25.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando couber.

10.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (art. 65, §1º, Lei nº 14.133, de 2021).

### Qualificação Técnica

10.27 Para fins de habilitação técnica, será exigida a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de fornecimento de produtos têxteis confeccionados, tais como uniformes, vestuário profissional, esportivo ou itens similares.

10.28 O atestado não estará condicionado a quantitativo mínimo, valor contratado ou escala de fornecimento, bastando que demonstre execução compatível com o objeto licitado.

10.29 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.30 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.31 No caso de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

11.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

11.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

- 11.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 11.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 11.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 11.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 11.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **12 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

12.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.244.982,30 (um milhão, duzentos e quarenta e quatro mil, novecentos e oitenta e dois reais e trinta centavos) conforme custos unitários apostos no item 1 e justificados com base na pesquisa de mercado anexa a este Termo de Referência.

## **13 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, conforme os Programas de Trabalho abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.16 - 27.811.0089.2.534  
SEMEDE – Promoção e Participação em Eventos Esportivos e de Lazer.

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.16 - 27.812.0089.2.537 - SEMEDE - Manutenção de Unidades e Núcleos Esportivos

13.2 A contratação será atendida por dotação informada futuramente, conforme Art. 95 do Decreto Municipal nº 3884/2024 §4º, a saber:

§ 4º Em se tratando de licitação para registro de preços, não é necessária a realização de prévia reserva orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

## **14. INFORMAÇÕES GERAIS**

14.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

14.1 Fazem parte integrante deste Termo de Referência, os anexos a seguir:

- I- Especificação
- II- Mapa de Risco
- III- Memória de Cálculo
- IV- Layout
- V- Orçamento estimado

14.1.1 Em caso de dúvidas com relação a contratação, disponibilizamos os seguintes contatos:





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

SECRETARIA	TELEFONE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER SEMEDE	(22) 2771-6111 / (22) 2771-8441

Rio das Ostras, 11 de maio de 2026

Vanessa Teixeira Pacheco  
217786  
DICC





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**ESPECIFICAÇÕES**

OS PADRÕES DE NUMERAÇÃO DEVEM OBEDECER ÀS NORMAS TÉCNICAS ABNT NBR: NBR 15.800:2009, NBR 16.060:2012 e NBR 16933:2021, quando aplicáveis.

As nomenclaturas têxteis, tecnologias, acabamentos, métodos construtivos e referências comerciais eventualmente utilizadas neste Anexo, tais como Dry-Fit, Dry 500+, Dry-TEX, Lycra, Helanca, Tactel, entre outras, possuem caráter referencial, visando indicar o padrão de desempenho técnico esperado para cada item, não configurando exigência de marca, fabricante ou linha comercial específica.

A comprovação da conformidade dos materiais ofertados observará os critérios técnicos mínimos previstos no Termo de Referência, especialmente os itens 3.3, 3.4 e 4.10.1.

Na hipótese de variação de nomenclatura comercial ou tecnologia construtiva, será admitida a apresentação de materiais tecnicamente compatíveis, desde que comprovadamente aderentes aos parâmetros técnicos definidos no Termo de Referência, no catálogo técnico aprovado e na peça piloto validada pela equipe técnica da SEMEDE.

**ITENS AVULSOS**

Bermuda masculina em tactel, adulto (P, M, G) e infantil (06-17), cós elástico, cordão para ajuste interno, bolsos laterais e traseiro com fechamento em velcro, nas cores conforme layout, com logomarca da PMRO (sem slogan) e logomarca do projeto institucional aplicada conforme layout aprovado, medindo aproximadamente 08 x 08 cm.

Boné em tactel, adulto e infantil/juvenil, unissex, liso, aba curva, regulável com fecho em velcro, nas cores conforme layout, com logomarca do projeto institucional predominante na parte frontal, podendo conter adicionalmente a logomarca da PMRO conforme layout aprovado, em impressão sublimada

Calça em helanca (100% poliamida), com costuras reforçadas, passadores para corda de graduação e cordão interno, tamanhos 06 a 17, contendo logomarca da PMRO (sem slogan) e logomarca da escola de capoeira, ambas com aproximadamente 08 x 08 cm, posicionadas conforme layout aprovado (podendo variar quanto ao lado de aplicação).

Short em cetim para esportes de contato (Muay Thai), unissex, adulto, tamanhos P, M, G e GG, modelo tailandês, reforçado com elástico de 08 cm no cós, abertura lateral, contendo logomarca da PMRO (sem slogan) e logomarca da modalidade esportiva (Muay Thai), conforme layout aprovado.

Short em helanca (100% poliamida), unissex, infantil, tamanhos 06-17, com elástico na cintura, contendo logomarca da PMRO (sem slogan) e logomarca do projeto de ginástica artística, ambas bordadas, medindo aproximadamente 08 x 08 cm, observando posicionamento conforme layout aprovado.

Bermuda masculina em microfibras (100% poliéster), adulto, com bolsos laterais, cós elástico e cordão interno, forro em tecido furadinho, contendo logomarca da PMRO (sem slogan), podendo conter adicionalmente logomarca de projeto institucional conforme layout aprovado, medindo aproximadamente 08 x 08 cm.

Camisa polo em malha (50% algodão e 50% poliéster), unissex, com reforço de gola, contendo logomarca da PMRO bordada na frente (08 x 08 cm), com aplicação de elementos gráficos (faixas, recortes ou combinações de cores) conforme layout aprovado.

Meia soquete na cor branca, unissex, tamanhos variados, podendo conter aplicação de logomarca da PMRO conforme layout aprovado.

Meião confeccionado em 40-45% poliéster, 35 - 40% algodão, 15 a 20% poliamida e 2 - 7% elastodieno), sola acolchoada, punho elástico, cores e tamanhos variados e logo conforme layout aprovado.

**GRUPOS**





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

Confecção de KIT de uniforme para futebol – projetos criança no esporte (FUTEBOL), escola de desporto (FUTSAL) e futebol amador (adulto).

Cada KIT será composto por: 18 camisas numeradas e 18 bermudas para jogadores de linha e 02 camisas e 02 bermudas para o goleiro.

Esses kits serão destinados às Categorias SUB 09 (08-09 anos), SUB 11 (10-11 anos), SUB 13 (12-13 anos), SUB 15 (14-15 anos), SUB 17 (16-17 anos) e adulto (P, M G e GG).

Serão 04 kits por categoria infantil/juvenil e serão 34 kits para a categoria amador.

---

**I - Camisa**

Camisa em tecido DRY 500+, gola V, punho Fluence, com fator de proteção UV de no mínimo 30, tamanhos variados, cor e impressão conforme layout, com logomarca da PMRO (sem slogan) bordada na parte da frente, medindo 08 x 08 cm, e numeração nas costas medindo 25 x 20 cm.

Acrescenta-se que a camisa poderá conter, além da logomarca da PMRO, logomarca de projeto institucional (ex.: “Esporte e Lazer”), bem como aplicação de elementos gráficos, padrões, faixas, degradês ou texturas, conforme layout aprovado.

---

**II – Bermuda**

Bermuda em tecido DRY-TEX, recorte lateral Dry Cooler e cadarço de regulagem infinita, com logomarca bordada da PMRO (sem slogan), medindo 08 x 08 cm na perna.

Poderá conter adicionalmente logomarca de projeto institucional, bem como elementos visuais (recortes, grafismos e combinações de cores) conforme layout aprovado.

---

**III - Camisa para goleiro**

Camisa para goleiro manga comprida, em tecido DRY 500+, gola V, punho Ribana, com fator de proteção UV de no mínimo 30, tamanhos variados, cor e impressão conforme layout, com logomarca da PMRO (sem slogan) bordada na parte da frente, medindo 08 x 08 cm, e numeração 1 e 12 nas costas com medida 25 x 20 cm.

A peça deverá seguir integralmente o layout aprovado quanto às cores específicas (inclusive cores diferenciadas das demais equipes), podendo conter grafismos, texturas e logomarca de projeto institucional.

---

**IV - Bermuda de goleiro**

Bermuda de goleiro em tecido DRY-TEX, acolchoada, tamanhos variados (08-17 anos), cor e impressão conforme layout, com logomarca da PMRO (sem slogan) aplicada em transfer na perna, medindo 08 x 08 cm.

A cor e o padrão visual deverão observar o layout aprovado, podendo divergir da cor preta quando assim definido no layout.

---



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

---

Confecção de KIT de uniforme para basquete, vôlei e handebol – projetos escola de desporto.

Cada KIT será composto por: 14 camisas regatas e 14 bermudas.

Esses kits serão destinados às Categorias SUB 09 (08-09 anos), SUB 11 (10-11 anos), SUB 13 (12-13 anos), SUB 15 (14-15 anos) e SUB 17 (16-17 anos).

Serão 06 kits por categoria.

---

**I - Camisa regata**

Camisa em tecido DRY 500+, gola careca, punho Fluence, com fator de proteção UV de no mínimo 30, tamanhos variados, cor e impressão conforme layout, com logomarca da PMRO (sem slogan) bordada na parte da frente, medindo 08 x 08 cm, e numeração nas costas medindo 25 x 20 cm.

Poderá conter logomarca de projeto institucional, bem como faixas horizontais, combinações de cores e demais elementos gráficos conforme layout aprovado.

---

**II - Bermuda**

Bermuda em tecido DRY-TEX, recorte lateral Dry Cooler e cadarço de regulagem infinita, com logomarca bordada da PMRO (sem slogan), medindo 08 x 08 cm na perna.

Poderá conter elementos visuais adicionais (faixas, recortes e grafismos) conforme layout aprovado.

---

Confecção de KIT conjuntos de agasalho para viagem.

Cada KIT será composto por: 20 agasalhos e 20 calças.

Esses kits serão destinados às Categorias SUB 09 (08-09 anos), SUB 11 (10-11 anos), SUB 13 (12-13 anos), SUB 15 (14-15 anos) e SUB 17 (16-17 anos).

Serão 2 kits por categoria.

---

**Agasalho**

Agasalho em microfibra (100% poliéster), unissex, gola alta, manga longa, punho com elástico, bolsos frontais, fechamento em zíper, tamanhos variados, cor e impressão conforme layout, com logomarca da PMRO na parte da frente e nas costas.

Inclui-se a aplicação da identificação “ATLETA” nas costas e a utilização de recortes, faixas e combinações de cores conforme layout aprovado.

---

**Calça**

Calça em microfibra (100% poliéster), unissex, cós com elástico e cordão interno, bolsos embutidos, tamanhos variados, cor e impressão conforme layout, com logomarca da PMRO na perna direita.

Deverá seguir integralmente o layout aprovado quanto às cores e eventuais elementos gráficos.

---

**Dry-Fit**

---



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

Camisa com tecnologia DRY-FIT (100% poliéster), unissex, com fator de proteção UV de no mínimo 30, manga curta, tamanhos variados, nas cores a serem definidas pelo órgão conforme layout, com logo dos projetos em transfer na frente, medindo 25 x 10 cm, nas costas logo da PMRO (sem slogan) medindo 15 x 10.

Deverá respeitar rigorosamente o layout aprovado quanto à proporção e posicionamento das logomarcas.

Camiseta regata com tecnologia DRY-FIT (100% poliéster), unissex, com fator de proteção UV de no mínimo 30, tamanhos variados, nas cores conforme layout, com logo dos projetos em transfer na frente, medindo 25 x 10 cm, nas costas logo da PMRO (sem slogan) medindo 15 x 10.

Aplicação conforme layout aprovado.

Bermuda masculina com tecnologia DRY-FIT, 100% poliéster, com elástico e cordão interno, tamanhos variados, cor e impressão conforme layout, com logomarca em transfer da PMRO (sem slogan) na perna, medindo 08 x 08 cm.

Poderá conter logomarca de projeto institucional e elementos visuais conforme layout aprovado.

### **Quimonos**

#### **Quimono infantil**

Quimono infantil para atender ao Projeto Escola de Artes Marciais nas categorias KARATÊ, JIU-JITSU e JUDÔ, em sarja leve branca para iniciação, tamanhos variados, com logo em silk nas costas da PMRO (sem slogan), medindo 15 x 10 cm, e na frente logo da Escola de Artes Marciais, medindo 15 x 10 cm.

A disposição, proporção e posicionamento das logomarcas deverão seguir o layout aprovado, podendo sofrer ajustes de localização (frente/costas/laterais) conforme definido visualmente.

Quimono adulto para atender ao Projeto Escola de Artes Marciais nas categorias KARATÊ, JIU-JITSU e JUDÔ, em sarja leve branca para iniciação, tamanhos variados, com logo em silk nas costas da PMRO (sem slogan), medindo 15 x 10 cm, e na frente logo da Escola de Artes Marciais, medindo 15 x 10 cm.

A disposição das logomarcas deverá observar integralmente o layout aprovado, inclusive quanto à possibilidade de ajustes de posicionamento e proporção.

### **Lycra**





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

---

**Bermuda feminina térmica**

Bermuda feminina térmica em lycra (82% poliamida e 18% elastano), tamanhos variados, nas cores a serem definidas pelo órgão conforme layout, com logomarca do projeto e da PMRO (sem slogan) bordadas na perna, medindo 08 x 08 cm.

A aplicação das logomarcas deverá seguir o layout aprovado quanto à posição, podendo variar entre as pernas ou lateral conforme definido visualmente.

---

**Camisa unissex em lycra**

Camisa unissex em lycra (82% poliamida e 18% elastano), manga curta, nas cores verde, azul e branca, tamanhos variados, com logo da PMRO (sem slogan) em silk nas costas medindo 15 x 10 cm e logo do Projeto Escola de Bodyboard na frente, medindo 25 x 20 cm.

Deverá observar integralmente o layout aprovado quanto às cores, proporção das logomarcas e possíveis elementos gráficos adicionais.

---

**Sunga**

Sunga em lycra (82% poliamida, 18% elastano, com forro 100% poliamida), na cor azul, tamanhos variados, com logo bordada da PMRO (sem slogan), medindo 08 x 08 cm.

Poderá conter ajustes de posicionamento da logomarca conforme layout aprovado.

---

**Maiô**

Maiô em lycra (82% poliamida, 18% elastano, com forro 100% poliamida), na cor azul, com logo bordada na frente da PMRO (sem slogan), medindo 08 x 08 cm.

Deverá seguir o layout aprovado quanto à eventual inclusão de logomarca de projeto institucional e posicionamento da marca.

---

**Collant**

Collant em lycra (82% poliamida, 18% elastano, com forro 100% poliamida), tamanhos variados, nas cores conforme layout, com logo do Projeto Escola de Ginástica Artística bordado na parte da frente e da PMRO (sem slogan) nas costas, medindo 08 x 08 cm cada.

A disposição das logomarcas deverá observar o layout aprovado, podendo incluir variações de posicionamento e composição visual.

---

**Short em lycra**

Short em lycra (82% poliamida, 18% elastano, com forro 100% poliamida), tamanhos variados, nas cores conforme layout, com logo do Projeto Escola de Ginástica Artística e da PMRO (sem slogan), bordados nas pernas, medindo 08 x 08 cm cada.

A aplicação deverá seguir o layout aprovado quanto à posição, podendo haver variação entre pernas e inclusão de elementos visuais complementares.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA  
MAPA COM MATRIZ DE RISCO**

**Órgão/Entidade Contratante:** Secretaria de Educação, Esporte e Lazer de Rio das Ostras

**Número do Processo:** (não informado)

**Objeto da Contratação:** Aquisição de uniformes esportivos, kits completos e peças avulsas destinados aos projetos esportivos da Subsecretaria de Esporte e Lazer, conforme ETP e Termo de Referência.

### **I- INTRODUÇÃO:**

O presente **Relatório de Análise de Riscos** tem por objetivo identificar, avaliar e propor medidas de tratamento para os riscos associados à contratação de uniformes esportivos, atendendo às determinações da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente no que se refere à obrigatoriedade da gestão de riscos no planejamento e na execução contratual. Trata-se de instrumento fundamental para apoiar a tomada de decisões pelo Agente de Contratação, gestor e fiscais do futuro contrato, bem como para fortalecer a governança e a integridade nas contratações públicas.

Assim, este relatório cumpre função estratégica ao antecipar cenários adversos, apoiar o bom planejamento e reduzir a probabilidade de falhas que possam comprometer a contratação. A seguir, contextualiza-se a necessidade da aquisição, com base no ETP fornecido, para então avançar para o mapeamento dos riscos inerentes.

### **II- OBJETIVOS DA ANÁLISE DE RISCOS**

Os objetivos deste relatório incluem:

- Garantir conformidade legal e segurança jurídica, atendendo aos Arts. 11, 18 e 72 da Lei nº 14.133/2021.
- Apoiar decisões gerenciais, fornecendo informações que sustentem o planejamento e a execução contratual.
- Reduzir perdas financeiras, operacionais e reputacionais, antecipando eventos que possam comprometer prazos, qualidade ou regularidade da contratação.
- Maximizar o sucesso da contratação, ampliando a previsibilidade e mitigando incertezas.
- Promover eficiência, economicidade e integridade, fortalecendo processos de fiscalização e controle.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**III- METODOLOGIA**

A análise segue a metodologia definida na **Portaria nº 05/2021**, que estabelece critérios objetivos para mensurar riscos com base em:

Escala de Probabilidade (NP)	Escala de Impacto (NI)	Cálculo do Risco Inerente (RI)	Classificação do Risco
Conforme Quadro 1 do documento “Parâmetros”: 1 = Muito baixa 2 = Baixa 5 = Média 8 = Alta 10 = Muito alta	Conforme Quadro 2 dos “Parâmetros”: 1 = Muito baixo 2 = Baixo 5 = Médio 8 = Alto 10 = Muito alto	RI = NP x NI, conforme metodologia oficial.	RB – Baixo: 0 a 9,99 RM – Médio: 10 a 39,99 RA – Alto: 40 a 79,99 RE – Extremo: 80 a 100
A avaliação considera riscos nas fases de: (a) planejamento; (b) seleção do fornecedor; (c) execução contratual; (d) fiscalização e encerramento			

**IV- MATRIZ DE RISCOS**

ID	Descrição do Risco	Categoria	Consequências	NP x NI = RI	Classificação
R01	Pesquisa de preços insuficiente ou desatualizada	Planejamento	Sobrepçoço, questionamentos do controle, direcionamento involuntário	5 x 8 = 40	RA
R02	Especificações técnicas incompletas ou ambíguas	Planejamento	Risco de entregas inadequadas, impugnações, disputa judicial	5 x 8 = 40	RA
R03	Baixa competitividade no pregão	Seleção	Preços elevados, risco de fracasso ou deserto	2 x 5 = 10	RM
R04	Apresentação inadequada dos catálogos técnicos	Seleção	Desclassificação de fornecedores, atrasos no certame	5 x 5 = 25	RM



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

R05	Atrasos na entrega dos uniformes	Execução	Prejuízo aos projetos esportivos, danos à imagem institucional	$8 \times 8 = 64$	RA
R06	Entrega de produtos fora das especificações	Execução	Recusa de materiais, retrabalho, atrasos e perda financeira	$5 \times 10 = 50$	RA
R07	Problemas na identificação visual/personalização	Execução	Inadequação da identidade institucional e necessidade de retrabalho	$5 \times 5 = 25$	RM
R08	Falhas na fiscalização contratual	Execução/Fiscalização	Recebimento de materiais inadequados, perda de controle, risco reputacional	$5 \times 8 = 40$	RA
R09	Descontinuidade da produção pelo fornecedor	Execução	Inexecução parcial, rescisão e atraso de entregas	$2 \times 10 = 20$	RM
R10	Aumento súbito da demanda devido à variação das matrículas	Operacional	Insuficiência de uniformes, necessidade de novas contratações	$5 \times 5 = 25$	RM
R11	Riscos ambientais e descarte inadequado	Ambiental	Danos ambientais, responsabilização administrativa	$2 \times 5 = 10$	RM
R12	Inobservância de normas ABNT aplicáveis (NBR 15800, 16060, 16933)	Execução	Não conformidade técnica, recusa de recebimento	$5 \times 8 = 40$	RA

**V- MEDIDAS DE TRATAMENTO E CONTROLE**

ID	Ação Proposta	Tipo de Tratamento	Responsável	Prazo Estimado	Indicadores de Acompanhamento
R01	Realizar pesquisa de preços ampla (Painel de Preços, atas vigentes, mercado local e cotações formais).	Prevenção	Setor de Compras / Agente de Contratação	Antes da finalização do TR	Nº de fontes consultadas (mín. 3)
R02	Revisão técnica detalhada das especificações, incluindo normas ABNT, layouts e catálogos referenciais.	Prevenção	Área Técnica da Subsecretaria de Esporte e Lazer	Antes da publicação do edital	% de itens revisados (meta: 100%)
R03	Ampliar publicidade, manter divisão adequada por grupos/itens e fomentar competitividade no pregão.	Prevenção	Comissão de Licitação	Fase preparatória	Nº de licitantes participantes
R04	Conferir catálogos conforme requisitos do TR, solicitar complementações e validar tecnicamente.	Mitigação	Comissão Técnica / Equipe Avaliadora	Durante o julgamento das propostas	% de catálogos aceitos sem ressalvas
R05	Inserir penalidades claras, exigir cronograma e aplicar garantia contratual para entregas.	Mitigação / Contingência	Fiscal do Contrato / Gestor	Durante a execução	Dias de atraso x limite contratual



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

R06	Realizar inspeção técnica rigorosa, registro fotográfico e testes de conformidade nos lotes entregues.	Prevenção / Mitigação	Fiscal Técnico	Em cada entrega	% de itens recusados por não conformidade
R07	Aprovar layout e protótipo antes da produção final dos uniformes.	Prevenção	Área Técnica da Subsecretaria	Antes da produção em massa	Grau de aderência ao layout aprovado
R08	Capacitar fiscais, criar checklists e emitir relatórios de fiscalização periódicos.	Prevenção	Gestor do Contrato / Fiscais	Durante toda a vigência	Nº de relatórios entregues no prazo
R09	Exigir comprovação de capacidade produtiva, histórico de fornecimento e manter garantia contratual ativa.	Mitigação	Agente de Contratação	Durante habilitação e execução	Evidências documentais de capacidade produtiva
R10	Utilizar SRP com reserva técnica, entregas parceladas e monitoramento contínuo da demanda escolar.	Prevenção	Unidade Requisitante	Durante vigência da ata	% de atendimento completo à demanda anual
R11	Recomendar práticas de sustentabilidade e exigir logística reversa quando cabível.	Mitigação / Prevenção	Contratada	Durante a execução	Evidências de práticas sustentáveis adotadas
R12	Conferir conformidade às normas ABNT (NBR 15800, 16060, 16933) na avaliação técnica e no recebimento.	Prevenção	Fiscal Técnico	Em cada lote entregue	% de conformidade técnica por lote

## **VI- MONITORAMENTO E RECOMENDAÇÕES**

A análise evidencia que os principais riscos se concentram nas fases de planejamento e execução, especialmente quanto à qualidade dos materiais, cumprimento das normas técnicas e gestão das entregas parceladas. Recomenda-se a adoção de cultura organizacional orientada à gestão de riscos, com atualizações contínuas do plano de fiscalização e rotinas de acompanhamento.

Rio das Ostras, 04 de dezembro de 2025.

Márcio Luiz Vieira de Souza  
Matr.: 21370-5







**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO								QUANTIDADE TO- TAL
1	Camisa com tecnologia DRY-FIT, 100% poliéster, com fator de proteção UV de no mínimo 30, manga curta, nas cores a serem definidas pelo Órgão conforme Layout, com logo dos Projetos em transfer na frente, medindo 25 x 10 cm, nas costas logo da PMRO (sem slogan) medindo 15 x 10.								8916
	ESCOLA DE SKATE	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
		10	20	50	100	70	40	10	300
	NÚCLEOS - PRAÇA DO SKATE - 100 VAGAS E PRAÇA DO SKATE NO MARILÉA - 100 VAGAS. CAMISAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA FUTURA ABERTURA DE VAGAS.								100
	ESCOLA DE CAPOEIRA	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
		50	30	20	50	50	50	50	300
	NÚCLEOS - C.ESPORTIVO CHICO LEITE - 80 VAGAS / UNID. ESP. CIDADE BEIRA MAR - 80 VAGAS E MAR DO NORTE - 80 VAGAS. 60 CAMISAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								
	PROJETO BOM DIA	P INFANTIL	M INFAN- TIL	PP ADULTO	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
		0	0	200	400	600	600	200	2000
	NÚCLEOS - Praia do Centro - 300 / Praia de Costa Azul - 300 / Lagoa de Iriri - 300 Und / Unid. Esp. Cidade Beira Mar - 300 Und. 800 CAMISAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								
	ESCOLA DE NATAÇÃO	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
		240	200	90	90	100	40	40	800





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

NÚCLEOS - PARQUE DA CIDADE - 250 / CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 250 Und. SAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								300 CAMI-
PARAESPORTE	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	0	50	50	50	50	50	50	300
NÚCLEOS - PARQUE DA CIDADE - 100 / CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 100 Und. CAMISAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								100
PROFESSORES/INSTRUTORES	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	0	0	0	20	30	20	10	80
SÃO PARA ATENDER AOS PROFESSORES E INSTRUTORES RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS – SERÃO DISPO- NIBILIZADOS 03 CAMISAS PARA CADA UM, HOJE CONTAMOS COM 10 PROFESSORES E 10 INSTRUTORES – DE INÍCIO SERÃO UTILIZADAS 60 CAMISAS 20 CAMISAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA FUTURA SUBSTITUIÇÃO OU ENTRADA DE NOVOS PROFESSORES.								
HIDROGINÁSTICA	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	0	0	0	130	230	120	120	600
NÚCLEOS - PARQUE DA CIDADE - 200 / CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 200 Und. 200 CAMISAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								
ESCOLA DE FUTEBOL	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	400	500	400	600	500	400	200	3000



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

NÚCLEOS - ESTÁDIO MARILÉA - 400 / ESTÁDIO PALMITAL - 400 / ESTÁDIO ROCHA LEÃO - 400 Und / CENTRO TREINAMENTO GILSON ZAROUR - 400 / ESTÁDIO OPERÁRIO - 400 / CAMPO SOCIETY CIDADE BEIRA MAR – 200 / CAMPO SOCIETY SERRAMAR – 200  
600 CAMISAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS

ESCOLA DE DESPORTO - FUTSAL	P INFANTIL	M INFANTIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	100	100	50	80	100	50	20	500

NÚCLEOS - GINÁSIO BENEDITO ZAROR - 100 / CENTRO ESP. CHICO LEITE - 100 / GINÁSIO ROCHA LEÃO - 100 Und.  
200 CAMISAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS

ESCOLA DE BEACH SOCCER	P INFANTIL	M INFANTIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	50	90	70	50	90	70	60	480

NÚCLEOS - PRAIA DO CENTRO - 100 / PRAIA DE COSTAZUL - 100 / PRAIA BOSQUE - 100 Und  
180 CAMISAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS

ESCOLA DE VELA	P INFANTIL	M INFANTIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	50	60	30	60	60	20	20	300

NÚCLEOS - IATE CLUBE RIO DAS OSTRAS - 200 Und  
100 CAMISAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.

COMISSÃO TÉCNICA CAMPEONATO AMADOR	P INFANTIL	M INFANTIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
							256	256

CAMPEONATO DE FUTEBOL AMADOR - CATEGORIA AMADOR - 32 TIMES E CATEGORIA VETERANO 32 TIMES  
CAMISAS PARA COMISSÃO TÉCNICA PARA CADA TIME - 32 X 4 = 128 X 02 CATEGORIAS = 256 CAMISAS

SERÃO 04





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO								QUANTIDADE TO- TAL	
2	Camiseta Regata com tecnologia DRY-FIT, 100% poliéster, com fator de proteção UV de no mínimo 30, manga curta, nas cores a serem definidas pelo Órgão conforme Layout , com logo dos Projetos em transfer na frente, medindo 25 x 10 cm, nas costas logo da PMRO (sem slogan) medindo 15 x 10.								5430	
	MUAY THAY	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO		TOTAL
		0	0	0	20	40	40	0		100
	NÚCLEOS - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES RECANTO - 50 VAGAS 50 CAMISETAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.									
	RIO DAS OSTRAS EM MOVIMENTO	P INFANTIL	M INFAN- TIL	PP ADULTO	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO		TOTAL
		0	0	100	200	200	200	100		800
	NÚCLEOS - ESCOLA NILTON BALTHAZAR - 60 / ESTÁDIO PALMITAL – 60 / UNID. ESP. CIDADE BEIRA MAR - 60 / MAR DO NORTE - 60 / ROCHA LEÃO – 60 / CANTAGALO – 60 / OPERÁRIO – 60 / PRAÇA RUA BANGU – 60 / TERRA FIRME – 60 / PRAÇA DO CENTRO - 60 200 CAMISETAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.									
	CIRCUITO FUNCIONAL	P INFANTIL	M INFAN- TIL	PP ADULTO	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO		TOTAL
		0	0	0	120	120	120	40		400
	NÚCLEOS - PRAIA DO CENTRO - 100 / PRAIA DE COSTAZUL - 100 / PRAIA DO BOSQUE - 100 Und CAMISETAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.									100
GINÁSTICA OLÍMPICA (MASCULINO)	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL		
	20	20	10	0	0	0	0	50		
NÚCLEO - CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 40 VAGAS MASCULINO. 10 CAMISETAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.										





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

ESC. DESP. VÔLEI/BASQU. / HAND.	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	100	100	50	100	100	50	0	500
NÚCLEOS - GINÁSIO BENEDITO ZAROR - 100 / CENTRO ESP. CHICO LEITE - 100 / GINÁSIO ROCHA LEÃO - 100 Und 200 CAMISETAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS								
ATLETISMO	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	50	50	25	50	50	25	0	250
NÚCLEOS - CENTRO ESP. CHICO LEITE - 150 SETAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS								
	100 CAMI-							
CORRIDA E CAMINHADA ORIEN- TADA	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	0	0	0	60	60	50	30	200
NÚCLEOS - PARQUE DA CIDADE - 80 / CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 80 Und. CAMISETAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								
	40							
ESCOLA STAND UP	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	0	0	0	40	20	20	20	100
NÚCLEOS - PRAIA BOCA DA BARRA – 60 VAGAS 40 CAMISETAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS								
PROJETO FUTVÔLEI	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	20	20	10	20	20	10	0	100
NÚCLEOS - PRAIA DO BOSQUE - 30 / PRAIA COSTAZUL - 30 SETAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS								
	40 CAMI-							
PROJETO ALTINHA	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	20	20	10	20	20	10	0	100







**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

NÚCLEOS - PRAIA DO BOSQUE - 30 / PRAIA COSTAZUL - 30 SETAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS								40 CAMI-
<b>ZUMBA</b>	P INFANTIL	M INFAN- TIL	PP ADULTO	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	<b>TOTAL</b>
	0	0	200	400	600	600	200	<b>2000</b>
NÚCLEOS - PRAIA DO BOSQUE - 300 / QUADRA ABDALLA - 300 / ESCOLA NILTON BALTHAZAR - 300 / CIDADE PRAIANA - 300. CAMISETAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								800
<b>TÊNIS DE QUADRA</b>	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	<b>TOTAL</b>
	40	40	20	40	40	20	0	<b>200</b>
NÚCLEOS - GINÁSIO BENEDITO ZAROUR - 80 / CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 80 Und. 40 CAMISETAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								
<b>PROJETO OSTRINHA VERÃO</b>	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	<b>TOTAL</b>
	120	240	40	60	100	50	20	<b>630</b>
PROJETO OSTRINHA VERÃO, nas categorias GOLFINHO idade 07 a 10 anos - 250 vagas, MOBY DICK idade 11 a 14 anos - 170 vagas, categoria TUBARÃO idade 15 a 17 anos - 90 vagas, categoria SEREIRA E LOBO DO MAR idade acima de 18anos - 90 vagas e Pessoal de apoio - 30 vagas - NÚCLEOS: PRAIA DO CENTRO - PRAIA DO BOSQUE – PRAIA DA BOCA DA BARRA								

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO								QUANTIDADE TO- TAL	
3	Calção com tecnologia DRY-FIT, 100% poliéster, com fator de proteção UV de no mínimo 30, nas cores a serem definidas pelo Órgão conforme Layout, com elástico e cordão para amarrar interno, com logo em transfer da PMRO (sem slogan) na perna, medindo 08 x 08 cm.									
	ESCOLA DE FUTEBOL	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL	5560
		400	500	400	600	500	400	200	3000	





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

NÚCLEOS - ESTÁDIO MARILÉA - 400 / ESTÁDIO PALMITAL - 400 / ESTÁDIO ROCHA LEÃO - 400 Und / CENTRO TREINAMENTO GILSON ZAROUR - 400 / ESTÁDIO OPERÁRIO - 400 / CAMPO SOCIETY CIDADE BEIRA MAR - 200 / CAMPO SOCIETY SERRAMAR - 200  
600 FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS

ESCOLA DE DESPORTO - FUTSAL	P INFANTIL	M INFANTIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	100	100	50	80	100	50	20	500

NÚCLEOS - GINÁSIO BENEDITO ZAROR - 100 / CENTRO ESP. CHICO LEITE - 100 / GINÁSIO ROCHA LEÃO - 100 Und.  
200 FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS

ESC. DESP. VÔLEI/BASQU. / HAND.	P INFANTIL	M INFANTIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	100	100	50	100	100	50	0	500

NÚCLEOS - GINÁSIO BENEDITO ZAROR - 100 / CENTRO ESP. CHICO LEITE - 100 / GINÁSIO ROCHA LEÃO - 100 Und  
200 FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS

ATLETISMO	P INFANTIL	M INFANTIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	50	50	25	50	50	25	0	250

NÚCLEOS - CENTRO ESP. CHICO LEITE - 150  
RÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS 100 FICA-

ESCOLA DE BEACH SOCCER	P INFANTIL	M INFANTIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	50	90	70	50	90	70	60	480

NÚCLEOS - PRAIA DO CENTRO - 100 / PRAIA DE COSTAZUL - 100 / PRAIA BOSQUE - 100 Und  
180 FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS

PROJETO FUTVÔLEI	P INFANTIL	M INFANTIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	20	20	10	20	20	10	0	100





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

NÚCLEOS - PRAIA DO BOSQUE - 30 / PRAIA COSTAZUL - 30 RÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS								40 FICA-
PROJETO ALTINHA	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	20	20	10	20	20	10	0	100
NÚCLEOS - PRAIA DO BOSQUE - 30 / PRAIA COSTAZUL - 30 RÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS								40 FICA-
PROJETO OSTRINHA VERÃO	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	120	240	40	60	100	50	20	630
PROJETO OSTRINHA VERÃO, nas categorias GOLFINHO idade 07 a 10 anos - 250 vagas, MOBY DICK idade 11 a 14 anos - 170 vagas, categoria TUBARÃO idade 15 a 17 anos - 90 vagas, categoria SEREIRA E LOBO DO MAR idade acima de 18anos - 90 vagas e Pessoal de apoio - 30 vagas - NÚCLEOS: PRAIA DO CENTRO - PRAIA DO BOSQUE – PRAIA DA BOCA DA BARRA								

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO								QUANTIDADE TO- TAL
4	Bermuda masculina em tadel, as cores a serem definidas pelo Órgão conforme Layout, com logo bordado do Projeto e PMRO (sem slogan) na perna, medindo 08 x 08 cm.								
	ESCOLA DE SKATE	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
		10	20	50	100	70	40	10	300
	NÚCLEOS - PRAÇA DO SKATE - 100 VAGAS E PRAÇA DO SKATE NO MARILÉA - 100 VAGAS. BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA FUTURA ABERTURA DE VAGAS.								100
	PROJETO BOM DIA	P INFANTIL	M INFAN- TIL	PP ADULTO	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
		0	0	50	150	150	100	50	500
									2106



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

NÚCLEOS - Praia do Centro - 80 / Praia de Costa Azul - 80 / Lagoa de Iriri - 80 Und / Unid. Esp. Cidade Beira Mar - 80 Und.  
180 BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.

RIO DAS OSTRAS EM MOVIMENTO	P INFANTIL	M INFAN- TIL	PP ADULTO	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	0	0	20	40	60	60	20	200

NÚCLEOS - ESCOLA NILTON BALTHAZAR - 10 / ESTÁDIO PALMITAL – 10 / UNID. ESP. CIDADE BEIRA MAR - 10 / MAR DO NORTE - 10 / ROCHA LEÃO – 10 / CANTAGALO – 10 / OPERÁRIO – 20 / PRAÇA RUA BANGU – 10 / TERRA FIRME – 10 / PRAÇA DO ENTRO - 20  
80 BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.

CIRCUITO FUNCIONAL	P INFANTIL	M INFAN- TIL	PP ADULTO	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	0	0	10	50	60	60	20	200

NÚCLEOS - PRAIA DO CENTRO - 50 / PRAIA DE COSTAZUL - 50 / PRAIA DO BOSQUE - 50 Und 50  
BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.

PARAESPORTE	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	0	25	25	25	25	25	25	150

NÚCLEOS - PARQUE DA CIDADE - 50 / CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 50 Und. 50  
BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.

HIDROGINÁSTICA	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	0	0	0	30	30	20	20	100

NÚCLEOS - PARQUE DA CIDADE - 30 / CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 30 Und. 40  
BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

<b>ESCOLA DE VELA</b>	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	<b>TOTAL</b>
	30	30	20	30	30	10	0	<b>150</b>
NÚCLEOS - IATE CLUBE RIO DAS OSTRAS - 100 Und 50 BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								
<b>CORRIDA E CAMINHADA ORIEN- TADA</b>	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	<b>TOTAL</b>
	0	0	0	30	30	25	15	<b>100</b>
NÚCLEOS - PARQUE DA CIDADE - 40 / CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 40 Und. BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								
<b>ESCOLA STAND UP</b>	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	<b>TOTAL</b>
	0	0	0	20	10	10	10	<b>50</b>
NÚCLEOS - PRAIA BOCA DA BARRA – 30 VAGAS 20 BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS								
<b>TÊNIS DE QUADRA</b>	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	<b>TOTAL</b>
	20	20	10	20	20	10	0	<b>100</b>
NÚCLEOS - GINÁSIO BENEDITO ZAROUR - 40 / CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 40 Und. 20 BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								
<b>COMISSÃO TÉCNICA CAMPEONATO AMADOR</b>	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	<b>TOTAL</b>
							256	<b>256</b>







**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

	CAMPEONATO DE FUTEBOL AMADOR - CATEGORIA AMADOR - 32 TIMES E CATEGORIA VETERANO 32 TIMES BERMUDAS PARA COMISSÃO TÉCNICA DE CADA TIME - 32 X 4 = 128 X 02 CATEGORIAS = 256 CAMISAS								SERÃO 04	
ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO								QUANTIDADE TO- TAL	
5	Bermuda térmica em lycra (82 % poliamida 18% elastano), as cores a serem definidas pelo Órgão conforme Layout, com logo bordado do Projeto e PMRO (sem slogan) na perna, medindo 08 x 08 cm.									
	PROJETO BOM DIA	P INFANTIL	M INFAN- TIL	PP ADULTO	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL	
		0	0	200	300	400	400	200	1500	
	NÚCLEOS - Praia do Centro - 220 / Praia de Costa Azul - 220 / Lagoa de Iriri - 220 Und / Unid. Esp. Cidade Beira Mar - 220 Und. 620 BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.									
	RIO DAS OSTRAS EM MOVIMENTO	P INFANTIL	M INFAN- TIL	PP ADULTO	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL	
		0	0	50	100	200	150	100	600	
	NÚCLEOS - ESCOLA NILTON BALTHAZAR - 40 / ESTÁDIO PALMITAL – 40 / UNID. ESP. CIDADE BEIRA MAR - 40 / MAR DO NORTE - 40 / ROCHA LEÃO – 40 / CANTAGALO – 80 / OPERÁRIO – 40 / PRAÇA RUA BANGU – 40 / TERRA FIRME –40 / PRAÇA DO CENTRO - 80 120 BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.									5430
	CIRCUITO FUNCIONAL	P INFANTIL	M INFAN- TIL	PP ADULTO	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL	
		0	0	20	40	60	60	20	200	
	NÚCLEOS - PRAIA DO CENTRO - 50 / PRAIA DE COSTAZUL - 50 / PRAIA DO BOSQUE - 50 Und BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								50	
PARAESPORTE	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL		
	0	25	25	25	25	25	25	150		





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

NÚCLEOS - PARQUE DA CIDADE - 50 / CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 50 Und. BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								50
PROFESSORES/INSTRUTORES	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	0	0	0	20	30	20	10	80
SÃO PARA ATENDER AOS PROFESSORES E INSTRUTORES RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS – SERÃO DISPO- NIBILIZADOS 03 CAMISAS PARA CADA UM, HOJE CONTAMOS COM 10 PROFESSORES E 10 INSTRUTORES – DE INÍCIO SERÃO UTILIZADAS 60 CAMISAS 20 CAMISAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA FUTURA SUBSTITUIÇÃO OU ENTRADA DE NOVOS PROFESSORES.								
HIDROGINÁSTICA	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	0	0	0	100	200	100	100	500
NÚCLEOS - PARQUE DA CIDADE - 170 / CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 170 Und. 160 BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								
ESCOLA DE VELA	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	30	30	20	30	30	10	0	150
NÚCLEOS - IATE CLUBE RIO DAS OSTRAS - 100 Und 50 BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								
CORRIDA E CAMINHADA ORIEN- TADA	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
	0	0	0	30	30	25	15	100
NÚCLEOS - PARQUE DA CIDADE - 40 / CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 40 Und. BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								20



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

	ESCOLA STAND UP	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL	
		0	0	0	20	10	10	10	50	
	NÚCLEOS - PRAIA BOCA DA BARRA – 30 VAGAS 20 BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS									
	ZUMBA	P INFANTIL	M INFAN- TIL	PP ADULTO	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL	
		0	0	200	400	600	600	200	2000	
	NÚCLEOS - PRAIA DO BOSQUE - 300 / QUADRA ABDALLA - 300 / ESCOLA NILTON BALTHAZAR - 300 / CIDADE PRAIANA - 300. 800 BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.									
	TÊNIS DE QUADRA	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL	
		20	20	10	20	20	10	0	100	
	NÚCLEOS - GINÁSIO BENEDITO ZAROUR - 40 / CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 40 Und. 20 BERMUDAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.									
	ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO								QUANTIDADE TO- TAL
6	Calça 100% poliamida (helanca) na cor branca, contendo logo bordada da PMRO (sem Slogan), medindo 08 x 08 cm do lado esquerdo e do lado direito logo da Escola de Capoeira medindo 08 x 08 cm.								300	
	ESCOLA DE CAPOEIRA	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO		TOTAL
		50	30	20	50	50	50	50		300
NÚCLEOS - C.ESPORTIVO CHICO LEITE - 80 VAGAS / UNID. ESP. CIDADE BEIRA MAR - 80 VAGAS E MAR DO NORTE - 80 VAGAS. 60 CAMISAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.										

<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO</b>	
-------------	--	--



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

7	Quimono para karatê em sarja leve branca para iniciação com logo em silk nas costas da PMRO (sem Slogan), medindo 15 x 10 cm e na frente logo da Escola de Artes Marciais, medindo 15 x 10 cm.								QUANTIDADE TOTAL
	ESCOLA DE ARTES MARCIAIS - KARATÊ	M2 INFANTIL	M3 INFANTIL	M4 INFANTIL					TOTAL
		100	60	40	0	0	0	0	200
	C.ESPORTIVO CHICO LEITE - 50 / UNID. ESP. CIDADE BEIRA MAR - 50 E ESCOLA NILTON BALTHAZAR - 50 VAGAS NOS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								50 QUIMONOS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO								QUANTIDADE TO-TAL	
8	Quimono para karatê em sarja leve branca para iniciação com logo em silk nas costas da PMRO (sem Slogan), medindo 15 x 10 cm e na frente logo da Escola de Artes Marciais, medindo 15 x 10 cm.								100	
	ESCOLA DE ARTES MARCIAIS - KARATÊ					A1 ADULTO	A2 ADULTO	A3 ADULTO		TOTAL
		0	0	0	0	50	30	20		100
		C.ESPORTIVO CHICO LEITE - 20 / UNID. ESP. CIDADE BEIRA MAR - 20 E ESCOLA NILTON BALTHAZAR - 20 VAGAS MONOS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								40 QUI-

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO								QUANTIDADE TO- TAL	
9	Quimono para jiu-jítsu, 100% algodão cru com costuras branco, reforçadas com acabamento em três linhas para maior resistência, com logo em silk nas costas da PMRO (sem Slogan), medindo 15 x 10 cm, e na frente logo da Escola de Artes Marciais, medindo 15 x 10 cm.									
	ESCOLA DE ARTES MARCIAIS - JIU- JITSU	M1 INFAN- TIL	M2 INFAN- TIL	M3 INFAN- TIL	M4 INFAN- TIL				TOTAL	200
		60	60	40	40	0	0	0	200	
	C.ESPORTIVO CHICO LEITE - 50 / UNID. ESP. CIDADE BEIRA MAR - 50 E ESCOLA NILTON BALTHAZAR - 50 VAGAS MONOS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								50 QUI-	



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO								QUANTIDADE TOTAL	
10	Quimono para jiu-jítsu, 100% algodão cru com costuras branco, reforçadas com acabamento em três linhas para maior resistência, com logo em silk nas costas da PMRO (sem Slogan), medindo 15 x 10 cm, e na frente logo da Escola de Artes Marciais, medindo 15 x 10 cm.								200	
	ESCOLA DE ARTES MARCIAIS - JIU-JITSU					A1 ADULTO	A2 ADULTO	A3 ADULTO		TOTAL
		0	0	0	0	70	70	60		200
		C.ESPORTIVO CHICO LEITE - 50 / UNID. ESP. CIDADE BEIRA MAR - 50 E ESCOLA NILTON BALTHAZAR - 50 VAGAS 50 QUI-MONOS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO								QUANTIDADE TOTAL
11	Quimono para Judô, 100% algodão cru com costuras branco, reforçadas com acabamento em três linhas para maior resistência, com logo em silk nas costas da PMRO (sem Slogan), medindo 15 x 10 cm, e na frente logo da Escola de Artes Marciais, medindo 15 x 10 cm.								
	ESCOLA DE ARTES MARCIAIS - JUDÔ	M1 INFANTIL	M2 INFANTIL	M3 INFANTIL	JR INFANTIL				TOTAL
		60	70	40	30	0	0	0	200
	C.ESPORTIVO CHICO LEITE - 50 / UNID. ESP. CIDADE BEIRA MAR - 50 E ESCOLA NILTON BALTHAZAR - 50 VAGAS MONOS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								50 QUI-

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO								QUANTIDADE TOTAL
12	Quimono para Judô, 100% algodão cru com costuras branco, reforçadas com acabamento em três linhas para maior resistência, com logo em silk nas costas da PMRO (sem Slogan), medindo 15 x 10 cm, e na frente logo da Escola de Artes Marciais, medindo 15 x 10 cm.								200
	ESCOLA DE ARTES MARCIAIS - JUDÔ					A1 ADULTO	A2 ADULTO	A3 ADULTO	
		0	0	0	0	70	70	60	





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

	C.ESPORTIVO CHICO LEITE - 50 / UNID. ESP. CIDADE BEIRA MAR - 50 E ESCOLA NILTON BALTHAZAR - 50 VAGAS MONOS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS. 50 QUI-								
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO</b>								<b>QUANTIDADE TO- TAL</b>
<b>13</b>	Short – Fabricado em cetim, é ideal para esportes de contato. No modelo tailandês, é reforçado com 08cm de elástico costurado no cós. Possui abertura lateral garantindo liberdade de movimentos e aplique frontal em bordado da logo da PMRO.								<b>100</b>
	<b>MUAY THAY</b>	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	<b>TOTAL</b>
		0	0	0	20	40	40	0	<b>100</b>
	NÚCLEOS - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES RECANTO - 50 VAGAS 50 CAMISETAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								

<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO</b>								<b>QUANTIDADE TO- TAL</b>
<b>14</b>	Camisa em lycra de 1ª qualidade com 82% de poliamida e 18% de elastano, manga curta nas cores: verde, azul e branca, com logo impressa em silkplastisol, nas costas da PMRO (sem slogan), medindo 15 x 10 cm, e logo impressa em silkplastisol, do Projeto Escola de Bodyboard na frente, medindo 25 x 20 cm.								<b>200</b>
	<b>ESCOLA DE BODYBOARD</b>	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	<b>TOTAL</b>
		30	40	30	30	40	30	0	<b>200</b>
	PRAIA DE COSTAZUL - 150 VAGAS - FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS. 50 CAMISAS								

<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO</b>								<b>QUANTIDADE TO- TAL</b>
<b>15</b>	Sunga em lycra na cor azul, de 1ª qualidade (82 % poliamida, 18 % elastano, c/ forro 100% poliamida) com logo bordada da PMRO (sem Slogan) medindo 08 x 08 cm								<b>500</b>
	<b>ESCOLA DE NATACÃO</b>	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	<b>TOTAL</b>
		170	100	90	10	10	10	10	<b>400</b>





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

NÚCLEOS - PARQUE DA CIDADE - 150 / CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 150 Und. 100 SUNGAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								
<b>HIDROGINÁSTICA</b>	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	<b>TOTAL</b>
	0	0	0	30	30	20	20	<b>100</b>
NÚCLEOS - PARQUE DA CIDADE - 30 / CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 30 Und. SUNGAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.								40

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO								QUANTIDADE TO- TAL	
16	Maiô em lycra, na cor azul, de 1ª qualidade (82 % poliamida, 18 % elastano, com forro 100% poliamida) com logo bordada na frente da PMRO (sem slogan), medindo 08 x 08 cm.								900	
	ESCOLA DE NATAÇÃO	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO		TOTAL
		170	100	90	10	10	10	10		400
	NÚCLEOS - PARQUE DA CIDADE - 150 / CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 150 Und. 100 MAIÔS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.									
	HIDROGINÁSTICA	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO		TOTAL
		0	0	0	100	200	100	100		500
NÚCLEOS - PARQUE DA CIDADE - 170 / CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 170 Und. 160 MAIÔS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.										
ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO								QUANTIDADE TO- TAL	
17	Meião confeccionado de 40 a 45% poliéster, de 35 a 40% algodão, de 15 a 20% poliamida e de 2 a 7% elastodieno, sola acolchoada, punho elástico								6174	
	ESCOLA DE SKATE	TAM. ÚNICO								TOTAL
		300	0	0	0	0	0	0		300



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

NÚCLEOS - PRAÇA DO SKATE - 100 E PRAÇA DO SKATE NO MARILÉA - 100 MEIÕES FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA FUTURA ABERTURA DE VAGAS.								100
ESCOLA FUTEBOL	TAM. ÚNICO							TOTAL
	3000	0	0	0	0	0	0	3000
ESTÁDIO MARILÉA - 400 / ESTÁDIO PALMITAL - 400 / ESTÁDIO ROCHA LEÃO - 400 Und / CENTRO TREINAMENTO GILSON ZAROUR - 400 / ESTÁDIO OPERÁRIO – 400 / CAMPO SOCIETY CIDADE BEIRA MAR – 200 / CAMPO SOCIETY SERRAMAR – 200 600 MEIÕES FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS								
ESCOLA DESPORTO FUTSAL	TAM. ÚNICO							TOTAL
	500	0	0	0	0	0	0	500
NÚCLEOS - GINÁSIO BENEDITO ZAROR - 100 / CENTRO ESP. CHICO LEITE - 100 / GINÁSIO ROCHA LEÃO - 100 Und 200 MEIÕES FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS								
ESCOLA DESPORTO VÔLEI / BAS-QUETE / HANDEBOL	TAM. ÚNICO							TOTAL
	500	0	0	0	0	0	0	500
NÚCLEOS - GINÁSIO BENEDITO ZAROR - 100 / CENTRO ESP. CHICO LEITE - 100 / GINÁSIO ROCHA LEÃO - 100 Und 200 MEIÕES FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS								
ATLETISMO	TAM. ÚNICO							TOTAL
	250	0	0	0	0	0	0	250
NÚCLEO - CENTRO ESP. CHICO LEITE - 150 MEIÕES FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS								100
MEIÕES PARA JOGOS DE UNIFORME	TAM. ÚNICO							TOTAL
	200	0	0	0	0	0	0	200





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

MEIÃO PARA COMPOR OS JOGOS DE UNIFORME (DOIS PARA CADA CATEGORIA, CADA UM É COMPOSTO POR 18 DE LINHA E 02 GOLEIROS) PARA COMPETIÇÃO MODALIDADE FUTEBOL E FUTSAL – 200 Equipe SUB 09 - 40 Meiões / Equipe SUB 12 - 40 Meiões / Equipe SUB 13 - 40 Meiões / Equipe SUB 15 - 40 Meiões e Equipe SUB 17 - 40 Meiões								
MEIÕES PARA JOGOS DE UNIFORME	TAM. ÚNICO							TOTAL
	72	0	0	0	0	0	0	72
MEIÃO PARA COMPOR OS JOGOS DE UNIFORME (DOIS PARA CADA CATEGORIA, CADA UM É COMPOSTO POR 12 ATLETAS) PARA COMPETIÇÃO MODALIDADE BASQUETE – 72 Equipe SUB 13 - 24 Meiões / Equipe SUB 15 - 24 Meiões e Equipe SUB 17 - 24 Meiões								
MEIÕES PARA JOGOS DE UNIFORME	TAM. ÚNICO							TOTAL
	72	0	0	0	0	0	0	72
MEIÃO PARA COMPOR OS JOGOS DE UNIFORME (DOIS PARA CADA CATEGORIA, CADA UM É COMPOSTO POR 12 ATLETAS) PARA COMPETIÇÃO MODALIDADES VÔLEI E HANDEBOL – 72 Equipe SUB 13 - 24 Meiões / Equipe SUB 15 - 24 Meiões e Equipe SUB 17 - 24 Meiões								
MEIÕES PARA JOGOS DE UNIFORME CAMPEONATO AMADOR	TAM. ÚNICO							TOTAL
	1280	0	0	0	0	0	0	1280
MEIÃO PARA COMPOR OS JOGOS DE UNIFORME - SERÃO DISTRIBUIDOS UM PARA PARA CADA JOGADOR DE CADA TIME - 32 X 20 = 640 X 2 CATEGORIAS = 1.280								

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO	QUANTIDADE TOTAL
18	Collant em lycra 1ª qualidade (82 % poliamida 18 % elastano c/ forro 100% poliamida) as cores a serem definidas pelo Órgão conforme Layout com logo do Projeto Escola de Ginástica Artística bordado na parte da frente e da PMRO (sem slogan) nas costas, medindo 08 x 08 cm cada.	





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

GINÁSTICA OLÍMPICA (FEMININO)	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL	100
	40	50	10	0	0	0	0	100	
NÚCLEO : CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 80 VAGAS FEMININO. 20 COLANT FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.									

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO									
19	Short em lycra 1ª qualidade (82 % poliamida 18 % elastano c/ forro 100% poliamida) as cores a serem definidas pelo Órgão conforme Layout com logo do Projeto Escola de Ginástica Artística da PMRO (sem slogan), bordados nas pernas, medindo 08 x 08 cm cada.								QUANTIDADE TO- TAL	
	GINÁSTICA OLÍMPICA (FEMININO)	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL	100
		40	50	10	0	0	0	0	100	
	NÚCLEO : CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 80 VAGAS FEMININO. 20 COLANT FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.									

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO								
20	Short em helanca (100% poliamida), as cores a serem definidas pelo Órgão conforme Layout com logo do Projeto Escola de Ginástica Artística e da PMRO (sem slogan) bordados nas pernas, medindo 08 x 08 cm.								QUANTIDADE TO-TAL
	GINÁSTICA OLÍMPICA (MASCULINO)	P INFANTIL	M INFAN-TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL
		20	20	10	0	0	0	0	50
		CENTRO ESPORTIVO CHICO LEITE - 40 VAGAS MASCULINO. CAMISETAS FICARÃO DE SALDO NA ATA PARA ABERTURA DE NOVOS NÚCLEOS OU CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS.							

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO								
------	---------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

20	Bermuda Esporte, tipo passeio, bolsos laterais, nas cores a serem definidas pelo Órgão conforme Layout, 100% poliéster, em microfibra, cós com elástico e cordão para amarrar interno, forro em tecido furadinho 100% poliéster, com logomarca em silk da PMRO (sem slogan) na perna, medindo 08 x 08 cm								QUANTIDADE TOTAL	
	PROFESSORES/INSTRUTORES	P INFANTIL	M INFANTIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	GG ADULTO	TOTAL	
		0	0	0	10	15	10	5	40	
	SÃO PARA ATENDER AOS PROFESSORES E INSTRUTORES RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS – SERÃO DISPONIBILIZADOS 03 BERMUDAS PARA CADA UM, HOJE CONTAMOS COM 05 PROFESSORES E 05 INSTRUTORES – DE INÍCIO SERÃO UTILIZADAS 30 BERMUDAS SALDO NA ATA PARA FUTURA SUBSTITUIÇÃO OU ENTRADA DE NOVOS PROFESSORES.								240	
	JOGOS DE UNIFORME DE VIAGEM	PP INFANTIL	P INFANTIL	M INFANTIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO		TOTAL
		40	40	40	40	0	0	40		200
BERMUDA ESPORTE PASSEIO PARA COMPOR OS JOGOS DE UNIFORME DE VIAGEM DAS EQUIPES (DOIS PARA CADA CATEGORIA, CADA UM É COMPOSTO POR 18 DE LINHA E 02 GOLEIROS) PARA Equipe SUB 09 - 40 Bermudas Tam. PP INFANTIL / Equipe SUB 12 - 40 Bermudas Tam. P INFANTIL / Equipe SUB 13 - 40 Bermudas Tam. M INFANTIL / Equipe SUB 15 - 40 Bermudas Tam. G INFANTIL e Equipe SUB 17 - 40 Bermudas Tam. G ADULTO										

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO								
21	Confecção de JOGOS (KIT) de uniforme para participação dos alunos do Projeto Criança no Esporte (FUTEBOL) e Escola de Desporto (FUTSAL) em torneios e campeonatos, contendo: 20 camisas numeradas, 20 calções, sendo 18 camisas, 18 calções para jogadores de linha e 02 camisas e 02 bermudas para o goleiro, conforme especificação abaixo. Para atender as Categorias SUB 09, SUB 11, SUB 13, SUB 15 E SUB 17 (02 JOGOS PARA CADA CATEGORIA)								QUANTIDADE TOTAL
	JOGO DE UNIFORME FUTEBOL	PP INFANTIL	P INFANTIL	M INFANTIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	TOTAL
		4	4	4	4	0	0	4	20
	Camisa em Tecido DRY 500+, Gola VX, Punho Fluence, com fator de proteção UV de no mínimo 30, com logomarca da PMRO (sem slogan) bordada na parte da frente, medindo 08 x 08 cm e numeração nas costas medindo 25 x 20 cm.								





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

Calção em Tecido DRY-TEX, Recorte lateral Dry Cooler e Cadarço de regulagem infinita, com logo Bordada da PMRO (sem slogan), medindo 08 x 08 cm na perna.
Camisa para goleiro manga comprida, em Tecido DRY 500+, Gola V, Punho Ribana com fator de proteção UV de no mínimo 30, com logomarca da PMRO (sem slogan) Bordada na parte da frente, medindo 08 x 08 cm e numeração 1 e 12 nas costas, medindo 25 x 20 cm.
Bermuda de goleiro em Tecido DRY-TEX na cor preta acolchoada, com logomarca da PMRO (sem slogan) aplicadas em transfer na perna, medindo 08 x 08 cm.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO								
22	Confeção de JOGOS (KIT) de uniforme para atender as equipes participantes do <b>CAMPEONATO DE FUTEBOL AMADOR DO MUNICÍPIO</b> , sendo 32 equipes na Categoria Amador e 32 na Categoria Veterano, cada Jogo de uniforme deverá conter: 20 camisas numeradas, 20 calções, sendo 18 camisas, 18 calções para jogadores de linha e 02 camisas e 02 bermudas para o goleiro, conforme especificação abaixo.								QUANTIDADE TOTAL
	JOGO DE UNIFORME FUTEBOL AMADOR	PP INFANTIL	P INFANTIL	M INFANTIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	TOTAL
		0	0	0	0	0	0	64	64
	Camisa em Tecido DRY 500+, Gola VX, Punho Fluence, com fator de proteção UV de no mínimo 30, com brasão do Time bordada na parte da frente, medindo 08 x 08 cm e numeração nas costas medindo 25 x 20 cm.								64
	Calção em Tecido DRY-TEX, Recorte lateral Dry Cooler e Cadarço de regulagem infinita, com brasão do time Bordada , medindo 08 x 08 cm na perna.								
	Camisa para goleiro manga comprida, em Tecido DRY 500+, Gola V, Punho Ribana com fator de proteção UV de no mínimo 30, com brasão do time Bordada na parte da frente, medindo 08 x 08 cm e numeração 1 e 12 nas costas, medindo 25 x 20 cm.								
	Bermuda de goleiro em Tecido DRY-TEX na cor preta acolchoada, com brasão do time bordada na perna, medindo 08 x 08 cm.								





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO								
23	Confeção de JOGOS (KIT) de uniforme para participação dos alunos do Projeto Escola de Desporto (BASQUETE, VÔLEI E HANDEBOL) em torneios e campeonatos na cor azul e verde com viés branca, contendo 14 camisas regatas, 14 bermudas conforme especificação abaixo. Para atender as Categorias SUB 09, SUB 11, SUB 13, SUB 15 E SUB 17 (02 JOGOS DE CADA MODALIADE PARA CADA CATEGORIA)								QUANTIDADE TOTAL
	JOGO DE UNIFORME BASQUETE	PP INFANTIL	P INFANTIL	M INFANTIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	TOTAL
		6	6	6	6	0	0	6	30
	Camisa regata em Tecido DRY 500+, Gola V, com fator de proteção UV de no mínimo 30, com logo da PMRO (sem Slogan), medindo 08 x 08 cm e numeração na frente e nas costas em transfer medindo 25 x 20 cm.								30
	Bermudão em Tecido DRY-TEX, Recorte lateral Dry Cooler e Cadarço de regulagem infinita, com logo em transfer da PMRO (sem slogan), medindo 08 x 08 cm na perna.								

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO									
24	Confeção de (KIT) conjuntos de agasalho para viagem contendo 20 agasalhos e 20 calças em microfibra 100% poliéster, nas cores a serem definidas pelo Órgão conforme Layout . Para atender as Categorias SUB 09, SUB 11, SUB 13, SUB 15 E SUB 17, (04 JOGOS PARA CADA CATEGORIA) para atender a todas as modalidades esportivas.									QUANTIDADE TOTAL
	CONJUNTO DE AGASALHOS	PP INFANTIL	P INFANTIL	M INFANTIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	TOTAL	200
		40	40	40	40	0	0	40	200	
	Agasalho com gola alta, manga longa, punho com elástico para melhor ajuste ao corpo, bolsos frontais, fechamento em zíper, com a logo Bordada da PMRO na parte da frente e logo Bordada da PMRO nas costas.									
	Calça apresenta cós com elástico e cordão interno para ajuste mais preciso e bolsos embutidos e logo Bordada da PMRO na perna direita.									
ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO									
25	Camisa Polo na Cor Branca em malha tecido com 50% dos fios em algodão e 50% em poliéster. Possui costura reforçada de ombro e reforço de gola dando sustentação e caimento perfeitos. Com logo Bordada da PMRO na frente medindo 08 x 08 cm.									QUANTIDADE TOTAL



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

CAMISA GOLA POLO PARA VIAGEM	PP INFAN- TIL	P INFANTIL	M INFAN- TIL	G INFANTIL	P ADULTO	M ADULTO	G ADULTO	TOTAL
	20	20	20	20	0	0	20	100
CAMISA POLO PARA VIAGEM – 100 Equipe SUB 09 – 20 CAMISAS TAM. PP INFANTIL / Equipe SUB 12 - 20 CAMISAS TAM. P INFANTIL / Equipe SUB 13 - 20 CAMISAS TAM. M INFAN- TIL / Equipe SUB 15 - 20 CAMISAS TAM. G INFANTIL e Equipe SUB 17 - 20 CAMISAS TAM. G ADULTO								

100

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO								
26	Meia soquete 03 cabos na cor branca								QUANTIDADE TO- TAL
	MEIA SOQUETE	TAM. ÚNICO							280
		280							
	MEIA SOQUETE PARA VIAGEM DAS ESQUIPES ESPORTIVAS E PROFESSORES / INSTRUTORES – 200 Equipe SUB 09 – 40 MEIAS / Equipe SUB 12 – 40 MEIAS / Equipe SUB 13 – 40 MEIAS / Equipe SUB 15 – 40 MEIAS e Equipe SUB 17 – 40 MEIAS / PROFESSORES / INSTRUTORES - 80								

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MATERIAL/SERVIÇO									
27	Boné em tactel nas cores conforme layout, com logo em impressão sublimada, para distribuição aos participantes do PROJETO OSTRINHA VERÃO.								QUANTIDADE TO- TAL	
	BONÉ	TAM. ÚNICO							TOTAL	630
		630							630	
	Quantidade necessária para atender ao número de vagas que serão disponibilizadas no PROJETO PROJETO OSTRINHA VERÃO.									



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA  
LAYOUT**

**UNIFORME ESPORTE E LAZER - CAMISA DRY FIT + BERMUDA DRI FIT+ MEIA SOQUETE**





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**UNIFORME ESPORTE E LAZER - ESCOLA DE BASQUETE / HANDEBOL / VÔLEI**



SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS  
Rua Campo de Albacora, 75 – Loteamento Atlântica  
Rio das Ostras – RJ – Brasil – CEP: 28895-664 – [www.riodasostras.rj.gov.br](http://www.riodasostras.rj.gov.br)





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**UNIFORME ESPORTE E LAZER - ESCOLA DE CAPOEIRA**



SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS  
Rua Campo de Albacora, 75 – Loteamento Atlântica  
Rio das Ostras – RJ – Brasil – CEP: 28895-664 – [www.riodasostras.rj.gov.br](http://www.riodasostras.rj.gov.br)





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

**UNIFORME ESPORTE E LAZER - ESCOLA DE FUTEBOL**



SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS  
Rua Campo de Albacora, 75 – Loteamento Atlântica  
Rio das Ostras – RJ – Brasil – CEP: 28895-664 – [www.riodasostrs.rj.gov.br](http://www.riodasostrs.rj.gov.br)



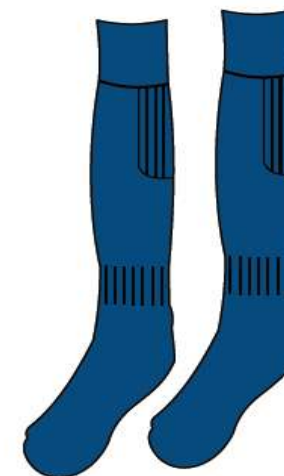




ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

### UNIFORME ESPORTE E LAZER - ESCOLA DE FUTSAL



SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS  
Rua Campo de Albacora, 75 – Loteamento Atlântica  
Rio das Ostras – RJ – Brasil – CEP: 28895-664 – [www.riodasostrs.rj.gov.br](http://www.riodasostrs.rj.gov.br)





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

### UNIFORME ESPORTE E LAZER - FUTEBOL AMADOR



SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS  
Rua Campo de Albacora, 75 – Loteamento Atlântica  
Rio das Ostras – RJ – Brasil – CEP: 28895-664 – [www.riodasostras.rj.gov.br](http://www.riodasostras.rj.gov.br)





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

### **UNIFORME ESPORTE E LAZER - KIT AGASALHO**



SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS  
Rua Campo de Albacora, 75 – Loteamento Atlântica  
Rio das Ostras – RJ – Brasil – CEP: 28895-664 – [www.riodasostras.rj.gov.br](http://www.riodasostras.rj.gov.br)



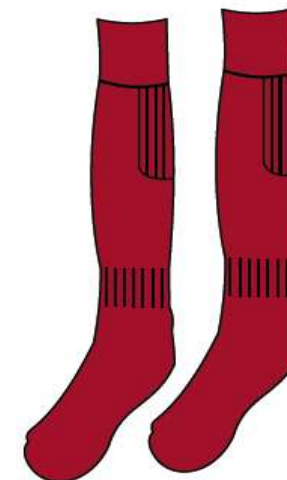




ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

### UNIFORME ESPORTE E LAZER - UNIFORME GOLEIRO



SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS  
Rua Campo de Albacora, 75 – Loteamento Atlântica  
Rio das Ostras – RJ – Brasil – CEP: 28895-664 – [www.riodasostras.rj.gov.br](http://www.riodasostras.rj.gov.br)





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

### UNIFORME ESPORTE E LAZER - MUAY THAI

---



ESCOLA DE  
**MUAY THAI**





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**UNIFORME ESPORTE E LAZER - CAMISA REGATA DRY FIT**

---



SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS  
Rua Campo de Albacora, 75 – Loteamento Atlântica  
Rio das Ostras – RJ – Brasil – CEP: 28895-664 – [www.riodasostrs.rj.gov.br](http://www.riodasostrs.rj.gov.br)

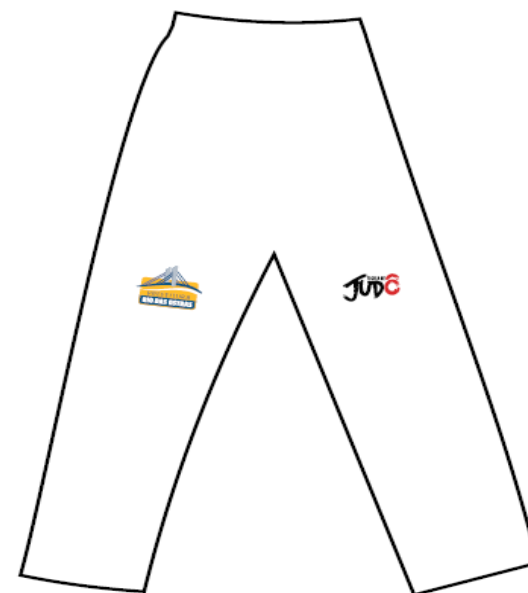






EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

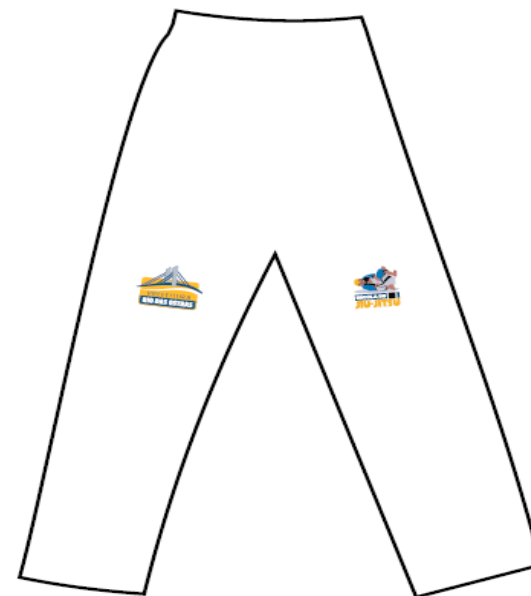
**UNIFORME ESPORTE E LAZER - ESCOLA DE JUDÔ**





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

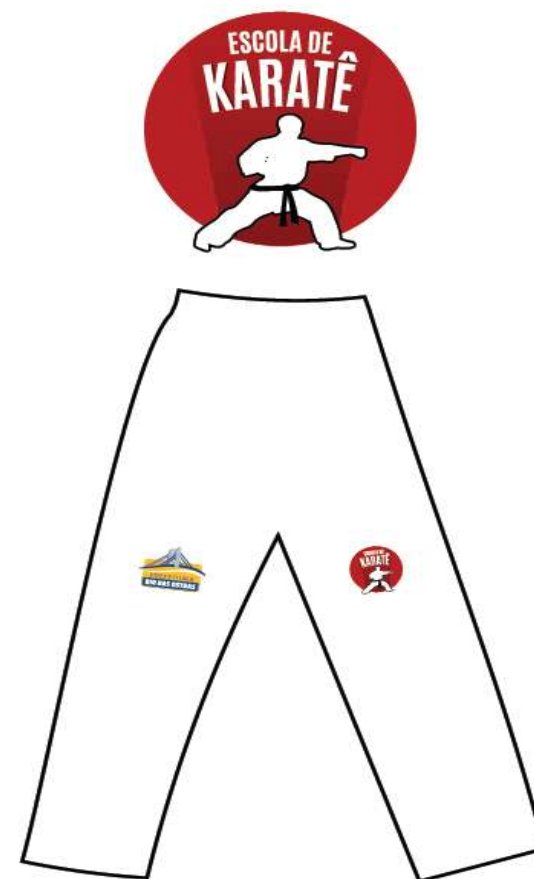
**UNIFORME ESPORTE E LAZER - ESCOLA DE JIU-JITSU**





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

**UNIFORME ESPORTE E LAZER - ESCOLA DE KARATÊ**





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

**UNIFORME ESPORTE E LAZER - ESCOLA DE BODYBOARDING**



LYCRA





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

**UNIFORME ESPORTE E LAZER - ESCOLA DE GINÁSTICA**



LYCRA



LYCRA





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

**UNIFORME ESPORTE E LAZER - SHORT**

---

**SHORT  
LYCRA**



**SHORT  
HELANCA**







ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

### UNIFORME ESPORTE E LAZER - BERMUDA FEMININA TÉRMICA LYCRA

**BERMUDA  
FEMININA  
TÉRMICA  
LYCRA**



SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS  
Rua Campo de Albacora, 75 – Loteamento Atlântica  
Rio das Ostras – RJ – Brasil – CEP: 28895-664 – [www.riodasostrs.rj.gov.br](http://www.riodasostrs.rj.gov.br)





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

**UNIFORME ESPORTE E LAZER**

---





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**UNIFORME ESPORTE E LAZER - CAMISA POLO E BERMUDA TACTEL E MICROFIBRA**

**LAYOUT BERMUDA  
TACTEL E MICROFIBRA**





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA  
ORÇAMENTO ESTIMADO

PLANILHA DE ECONOMICIDADE - MÉDIA FINAL

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UNID	QTD	PORTAL DO GOVERNO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS						MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
				COMPRAS.GOV	ARP 380-2025 - BASE AÉREA DE NATAL - COMANDO AERONAUTICA	ARP 103-2025 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PAROBÉ - VAL.: 13-10-2026	ARP 010-2025 - SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SP - VAL.: 21/08/2026	ARP 129-2025 - MUNICÍPIO DE SALGUEIRO - VAL.: 18/08/2026	ARP 068-2025 - PREFEITURA MUNICIPAL ANDARAÍ - VAL.: 09/10/2026	ARP 337-2025 - MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS - SP - VAL.: 22/10/2025			
1	Camisa com tecnologia DRY-FIT	UND	8916	R\$ 25,50	R\$ 17,50	R\$ 26,00	R\$ 29,00	R\$ 26,78	R\$ 19,34	ELE-VADO	R\$ 24,02	R\$ 24,02	R\$ 214.162,32
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 23,72	R\$ 25,32	R\$ 23,62	R\$ 23,02	R\$ 23,47	R\$ 24,96				
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			107%	69%	110%	126%	114%	77%				
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO				





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UNID	QTD	PORTAL DO GOVERNO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS						MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
				COMPRAS.GOV	ARP - 311-2025 - MUNICÍPIO DE OURO FINO	ARP 056-2025 - MUNICÍPIO DE AS-TORGA - VAL.: 21/10/2026	ARP N.2004.078/2025 - PREFEITURA DESAO JOAQUIM DA BARRA (SP) - VAL.: 24-09-2026	ARP 010-2025 - SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SP - VAL.: 21/08/2026	ARP 103-2025 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PAROBÉ - VAL.: 13-10-2026	ARP 337-2025 - MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS - SP - VAL.: 22/10/2025			
2	Camiseta Regata com tecnologia DRY-FIT	UND	5430	R\$ 22,64	R\$ 18,50	R\$ 21,00	R\$ 21,30	R\$ 26,00	R\$ 26,89	ELEVADO	R\$ 22,72	R\$ 22,72	R\$ 123.369,60
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 22,74	R\$ 23,57	R\$ 23,07	R\$ 23,01	R\$ 22,07	R\$ 21,89				
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			100%	79%	91%	93%	118%	123%				
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO				





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

				PORTAL DO GOVERNO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS				MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UNID	QTD	COMPRAS.GOV	ARP N.2004.078/2025 - PREFEITURA DESAO JOAQUIM DA BARRA (SP) - VAL.: 24-09-2026	ARP 376-2025 - BASE AÉREA DE NATAL - COMANDO AERONAUTICA	ARP 010-2025 - SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SP - VAL.: 21/08/2026	ARP 103-2025 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PAROBÉ - VAL.: 13-10-2026			
3	Calção com tecnologia DRY-FIT	UNID	5560	R\$ 23,11	R\$ 14,20	R\$ 10,00	R\$ 23,12	ELEVADO	R\$ 17,61	R\$ 17,61	R\$ 97.911,60
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 15,77	R\$ 18,74	R\$ 20,14	R\$ 15,77				
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			147%	76%	50%	147%				
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO				







EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UNID	QTD	PORTAL DO GOVERNO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS					MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
				COMPRAS.GOV	ARP N.2004.078/2025 - PREFEITURA DESAO JOAQUIM DA BARRA (SP) - VAL.: 24-09-2026	ARP 373-2025 - BASE AÉREA DE NATAL - COMANDO AERONAUTICA	ARP 010-2025 - SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SP - VAL.: 21/08/2026	ARP 068-2025 - PREFEITURA MUNICIPAL ANDIRÁ - VAL.: 09/10/2026	ARP 337-2025 - MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS - SP - VAL.: 22/10/2025			
4	Bermuda masculina em tadel	UND	2106	R\$ 34,90	R\$ 14,20	R\$ 15,80	R\$ 27,00	R\$ 31,08	ELEVADO	R\$ 24,60	R\$ 24,60	R\$ 51.807,60
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 17,73	R\$ 24,63	R\$ 24,09	R\$ 20,36	R\$ 19,00				
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			197%	58%	66%	133%	164%				
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO				





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UNID	QTD	PORTAL DO GOVERNO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS			INTERNET	MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
				COMPRAS.GOV	ARP 28-2025 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - VAL.: 30/04/2026	ARP 068-2025 - PREFEITURA MUNICIPAL ANDARAÍ - VAL.: 09/10/2026	ARP 010-2025 - SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SP - VAL.: 21/08/2026	CENTAURO			
5	Bermuda térmica em lycra (82 % poliamida 18% elastano)	UND	5430	R\$ 29,00	R\$ 36,97	R\$ 34,28	R\$ 28,54	ELEVADO	R\$ 32,20	R\$ 32,20	R\$ 174.846,00
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 33,26	R\$ 30,61	R\$ 31,50	R\$ 33,42				
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			87%	121%	109%	85%				
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO				





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UNID	QTD	PORTAL DO GOVERNO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS			INTERNET			MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
				COMPRAS.GOV	ARP 020-2025 - MUNICÍPIO DE PIRANGA-MG - VAL.: 01/04/2026	ARP 090-2025 - MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO IVAI - VAL.: 04/11/2026	CONTRATO Nº 311-2025-09C - MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA- VAL.: 12/08/2026	AMAZON	LOJA DO COMPETIDOR	CENTAURO			
6	Calça 100% poliamida (helanca)	UNID	300	R\$ 41,75	R\$ 67,00	R\$ 39,00	R\$ 37,35	R\$ 39,90	R\$ 55,00	ELE-VADO	R\$ 46,67	R\$ 46,67	R\$ 14.001,00
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 47,65	R\$ 42,60	R\$ 48,20	R\$ 48,53	R\$ 48,02	R\$ 45,00				
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			88%	157%	81%	77%	83%	122%				
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO				





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UNID	QTD	PORTAL DO GOVERNO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS						MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
				COMPRAS.GOV	ARP 055-2025 - MUNICÍPIO DE AS-TORGA - VAL.: 21/10/2026	ARP 001-2025 - PREFEITURA DE ARACAJU - VAL.:23-10-2026	ARP N.002.078/2025 - PREFEITURA DESAO JOAQUIM DA BARRA (SP) - VAL.: 24-09-2026	ARP 020-2025 - MUNICÍPIO DE PIRANGA-MG - VAL.: 01/04/2026	ARP 376-2025 - BASE AÉREA DE NATAL - COMANDO AERONAUTICA	CONTRATO 2025-0380 - MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - VAL.: 28/07/2026			
7	Quimono Infantil (Karatê, Jiu-Jitsu e Judô)	UND	600	R\$ 173,00	R\$ 179,80	R\$ 126,20	R\$ 119,50	ELEVADO	R\$ 186,00	ELEVADO	R\$ 156,90	R\$ 156,90	R\$ 94.140,00
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 152,88	R\$ 151,18	R\$ 164,58	R\$ 166,25		R\$ 149,63				
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			113%	119%	77%	72%		124%				
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO		VÁLIDO				





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTD	PORTAL DO GOVERNO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS					MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
				COMPRAS.GOV	ARP 055-2025 - MUNICÍPIO DE AS-TORGA - VAL.: 21/10/2026	ARP 001-2025 - PREFEITURA DE ARACAJU - VAL.: 23-10-2026	ARP 020-2025 - MUNICÍPIO DE PIRANGA-MG - VAL.: 01/04/2026	ARP N.002.078/2025 - PREFEITURA DE SAO JOAQUIM DA BARRA (SP) - VAL.: 24-09-2026	CONTRATO 2025-0380 - MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - VAL.: 28/07/2026			
8	Quimono Adulto (Karatê, Jiu-Jitsu e Judô)	UND	500	R\$ 161,50	R\$ 179,80	R\$ 126,20	ELEVADO	R\$ 139,25	ELEVADO	R\$ 151,69	R\$ 151,69	R\$ 75.845,00
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 148,42	R\$ 142,32	R\$ 160,18		R\$ 155,83				
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			109%	126%	79%		89%				
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO		VÁLIDO				





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTD	PORTAL DO GOVERNO	INTERNET				MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
				COMPRAS.GOV	AMAZON	LOJA DO COMPETIDOR	CENTAURO	MAGAZINE LUIZA			
9	Short – Fabricado em cetim	PCT	100	R\$ 52,00	R\$ 63,48	R\$ 45,00	ELEVADO	R\$ 49,40	R\$ 52,47	R\$ 52,47	R\$ 5.247,00
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 54,24	R\$ 48,50	R\$ 57,74		R\$ 55,54			
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			96%	131%	78%		89%			
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO		VÁLIDO			







EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

IT E M	MATERIAL/SERVIÇO	U N D	Q TD	PORTAL DO GO- VERNO	CONTRATA- ÇÕES PÚ- BLICAS	INTERNET				MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTI- MADO
				COMPRAS.GOV	ARP 051-2025 - MUNICÍPIO DE ASTORGA - VAL.: 21/10/2026	AMAZON	LOJA DO COMPETIDOR	CENTAURO	MAGAZINE LUIZA			
10	Camisa em lycra	P C T	20 0	R\$ 41,30	R\$ 42,00	R\$ 39,99	R\$ 65,00	ELEVADO	R\$ 66,41	R\$ 53,68	R\$ 53,68	R\$ 10.736,00
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 53,35	R\$ 53,18	R\$ 53,68	R\$ 47,43		R\$ 47,07			
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			77%	79%	75%	137%		141%			
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO	INEXE- QUÍVEL	VÁLIDO		VÁLIDO			





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UNID	QTD	PORTAL DO GOVERNO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	INTERNET			MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
				COMPRAS.GOV	ARP 111/2025 - MUNICÍPIO DE SALVADOR - VAL.: 17/08/2026	AMAZON	CENTAURO	MAGAZINE LUIZA			
11	Sunga	UND	500	R\$ 55,27	R\$ 50,49	R\$ 59,99	R\$ 59,99	R\$ 44,99	R\$ 54,15	R\$ 54,15	R\$ 27.075,00
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 53,59	R\$ 54,78	R\$ 52,41	R\$ 52,41	R\$ 56,16			
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			103%	92%	114%	114%	80%			
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO			





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

				PORTAL DO GOVERNO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS			INTERNET		MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTD	COMPRAS.GOV	ARP N.001.078/2025 - PREFEITURA DESAO JOAQUIM DA BARRA (SP)	ARP 111/2025 - MUNICÍPIO DE SALVADOR - VAL.: 17/08/2026	CONTRATO 2025-0380 - MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - VAL.: 28/07/2026	AMAZON	CENTAURO			
12	Maiô em lycra	UND	900	R\$ 58,50	R\$ 48,00	R\$ 82,96	R\$ 65,00	R\$ 75,90	R\$ 99,99	R\$ 71,73	R\$ 71,73	R\$ 64.557,00
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 67,97	R\$ 70,59	R\$ 61,85	R\$ 66,34	R\$ 63,62	R\$ 57,59			
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			86%	68%	134%	98%	119%	174%			
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO			





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTD	PORTAL DO GOVERNO	INTERNET				MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
				COMPRAS.GOV	ARP 131-2025 - MUNICÍPIO DE MINAS NOVAS - VAL.: 03-11-2026	ARP N.º 192 - MINISTÉRIO DA DEFESA, COMANDO DA AERONÁUTICA - VAL.: 16/10/2026	ARP 103-2025 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PAROBÉ - VAL.: 13-10-2026	CONTRATO 2025-0380 - MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - VAL.: 28/07/2026			
13	Meião	PARR	6174	R\$ 10,00	R\$ 27,00	ELE-VADO	R\$ 11,69	R\$ 14,80	R\$ 15,87	R\$ 15,87	R\$ 97.981,38
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 8,83	R\$ 3,16		R\$ 8,27	R\$ 7,23			
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			113%	854%		141%	205%			
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO		VÁLIDO	VÁLIDO			





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTD	PORTAL DO GOVERNO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS		INTERNET			MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
				COMPRAS.GOV	ARP N.001.078/2025 - PREFEITURA DESAO JOAQUIM DA BARRA (SP)	ARP 111/2025 - MUNICÍPIO DE SALVADOR - VAL.: 17/08/2026	AMAZON	CENTAURO	MAGAZINE LUIZA			
14	Collant em lycra	UND	100	R\$ 57,42	R\$ 48,00	ELE-VADO	R\$ 57,61	R\$ 59,90	R\$ 55,71	R\$ 55,73	R\$ 55,73	R\$ 5.573,00
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 55,31	R\$ 57,66		R\$ 55,26	R\$ 54,69	R\$ 55,73			
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			104%	83%		104%	110%	100%			
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO		VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO			





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UNID	QTD	PORTAL DO GOVERNO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	INTERNET			MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
				COMPRAS.GOV	ARP 337-2025 - MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS – SP - VAL.: 22/10/2025	AMAZON	CENTAURO	MAGAZINE LUIZA			
15	Short em lycra	UND	100	R\$ 23,00	ELEVADO	R\$ 25,90	R\$ 27,90	R\$ 37,91	R\$ 28,68	R\$ 28,68	R\$ 2.868,00
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 30,57		R\$ 29,60	R\$ 28,94	R\$ 25,60			
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			75%		87%	96%	148%			
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO		VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO			

PORTAL DO GOVERNO	INTERNET	MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-------------------	----------	-------	----------------	-------------







EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

IT E M	MATERIAL/SERVIÇO	U N D	Q TD	COMPRAS.GOV	AMAZON	CENTAURO	MAGAZINE LUIZA			ESTI- MADO
16	Short em helanca	U N D	50	R\$ 25,49	R\$ 44,03	ELE- VADO	R\$ 65,09	R\$ 44,87	R\$ 44,87	R\$ 2.243,50
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 54,56	R\$ 45,29		R\$ 34,76			
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			47%	97%		187%			
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO		VÁLIDO			





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UNID	QTD	PORTAL DO GOVERNO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	INTERNET			MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
				COMPRAS.GOV	CONTRATO Nº 311-2025-09C - MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA - VAL.: 12/08/2026	AMAZON	CENTAURO	MAGAZINE LUIZA			
17	Bermuda Esporte, tipo passeio	UND	240	R\$ 45,89	R\$ 22,70	R\$ 49,90	ELEVADO	R\$ 59,89	R\$ 44,60	R\$ 44,60	R\$ 10.704,00
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 44,16	R\$ 51,89	R\$ 42,83		R\$ 39,50			
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			104%	44%	117%		152%			
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO		VÁLIDO			





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

				PORTAL DO GO- VERNO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS						MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TO- TAL ESTI- MADO
IT E M	MATERIAL/SERVIÇO	U N D	Q TD	COMPRAS.GOV	ARP 322/2025 - MUNICÍPIO DE MA- TELÂNDIA - VAL.: 07/11/2026	ARP 095-2025 - MUNICÍPIO DE AUTAZES - VAL.: 03/11/2026	ARP 176 - MUNICÍPIO DE RIFAINA - VAL.: 13/10/2026	ARP 129-2025 - MUNICÍPIO DE SAL- GUEIRO - VAL.: 18/08/2026	ARP - 354-2025 - PREFEITURA MU- NICIPAL DE PONTAL - 03-09-2026	CONTRATO 2025-0380 - MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - VAL.: 28/07/2026			
18	Jogos de Uniforme Futebol e Fu- tsal	U N D	84	R\$ 1.350,00	R\$ 1.590,00	R\$ 1.649,50	R\$ 1.000,00	ELEVADO	R\$ 1.190,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.363,25	R\$ 1.363,25	R\$ 114.513,00
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 1.357,38	R\$ 1.297,38	R\$ 1.282,50	R\$ 1.444,88		R\$ 1.397,38	R\$ 1.344,88			
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			99%	123%	129%	69%		85%	104%			
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO		VÁLIDO	VÁLIDO			





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UNID	QTD	PORTAL DO GOVERNO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS					MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
				COMPRAS.GOV	ARP 322/2025 - MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA - VAL.: 07/11/2026	ARP 095-2025 - MUNICÍPIO DE AUTAZES - VAL.: 03/11/2026	ARP 176 - MUNICÍPIO DE RIFAINA - VAL.: 13/10/2026	ARP 129-2025 - MUNICÍPIO DE SALGUEIRO - VAL.: 18/08/2026	CONTRATO 2025-0380 - MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - VAL.: 28/07/2026			
19	Jogos de Uniformes Basquete, Vôlei e Handebol	UND	30	R\$ 1.030,00	R\$ 1.030,00	ELE-VADO	R\$ 600,00	R\$ 904,20	R\$ 660,00	R\$ 844,84	R\$ 844,84	R\$ 25.345,20
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 572,50	R\$ 572,50		R\$ 680,00	R\$ 603,95	R\$ 665,00			
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			180%	180%		88%	150%	99%			
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO		VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO			





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

				PORTAL DO GOVERNO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS						MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO	
ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UNID	QTD	COMPRAS.GOV	ARP 322/2025 - MUNICÍPIO DE MATE-LÂNDIA - VAL.: 07/11/2026	ARP N.2004.078/2025 - PREFEITURA DESAO JOAQUIM DA BARRA (SP) - VAL.: 24-09-2026	ARP - 357-2025 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL - 03-09-2026	ARP 176 - MUNICÍPIO DE RIFAINA - VAL.: 13/10/2026	ARP 010-2025 - SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SP - VAL.: 21/08/2026	ARP 068-2025 - PREFEITURA MUNICIPAL ANDIRÁ - VAL.: 09/10/2026				ARP 337-2025 - MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS - SP - VAL.: 22/10/2025
20	Conjunto de Agasalho (Jaqueta e Calça)	UNID	200	ELEVADO	ELEVADO	R\$ 113,34	R\$ 165,00	R\$ 115,00	R\$ 118,00	R\$ 115,66	R\$ 132,52	R\$ 126,59	R\$ 126,59	R\$ 25.318,00
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES					R\$ 55,55	R\$ 38,33	R\$ 55,00	R\$ 54,00	R\$ 54,78	R\$ 49,16			
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS					204%	430%	209%	219%	211%	270%			
	AVALIAÇÃO					VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO			





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UNID	QTD	PORTAL DO GOVERNO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS					MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
				COMPRAS.GOV	ARP 051-2025 - MUNICÍPIO DE AS-TORGA - VAL.: 21/10/2026	ARP - 357-2025 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL - 03-09-2026	ARP 010-2025 - SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SP - VAL.: 21/08/2026	ARP 090-2025 - MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO IVAI - VAL.: 04/11/2026	CONTRATO Nº 311-2025-09C - MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA- VAL.: 12/08/2026			
21	Camisa Gola Polo	UND	100	R\$ 33,00	R\$ 23,50	ELE-VADO	R\$ 40,00	R\$ 38,70	R\$ 22,70	R\$ 31,58	R\$ 31,58	R\$ 3.158,00
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 21,55	R\$ 23,93		R\$ 19,80	R\$ 20,13	R\$ 24,13			
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			153%	98%		202%	192%	94%			
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO		VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO			







EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

				PORTAL DO GOVERNO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS					MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTD	COMPRAS.GOV	CONTRATO Nº 311-2025-09C - MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA- VAL.: 12/08/2026	ARP 337-2025 - MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS – SP - VAL.: 22/10/2025	AMAZON	CENTAURO	MAGAZINE LUIZA			
22	Meia Soquete	UND	280	R\$ 9,50	R\$ 13,00	ELE- VADO	R\$ 10,99	R\$ 9,50	R\$ 9,78	R\$ 10,55	R\$ 10,55	R\$ 2.954,00
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 8,44	R\$ 7,57		R\$ 8,07	R\$ 8,44	R\$ 8,37			
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			113%	172%		136%	113%	117%			
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO		VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO			





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UNID	QTD	PORTAL DO GOVERNO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS					MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
				COMPRAS.GOV	ARP 095-2025 - MUNICÍPIO DE AUTAZES - VAL.: 03/11/2026	ARP 370-2025 - BASE AÉREA DE NATAL - COMANDO A AERO-NAUTICA	AMAZON	CENTAURO	MAGAZINE LUIZA			
23	Boné	UND	630	R\$ 16,00	R\$ 34,00	R\$ 16,35	R\$ 24,99	ELEVADO	R\$ 34,99	R\$ 25,27	R\$ 25,27	R\$ 15.920,10
	MÉDIA DOS DEMAIS VALORES			R\$ 27,58	R\$ 23,08	R\$ 27,50	R\$ 25,34		R\$ 22,84			
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA DOS DEMAIS PREÇOS			58%	147%	59%	99%		153%			
	AVALIAÇÃO			VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO		VÁLIDO			

TOTAL ESTIMADO	R\$ 1.260.276,30
----------------	------------------





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/2026**

Compromisso celebrado aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte e cinco, na Rua Campo de Albacora, nº 75 - Loteamento Atlântica - Rio das Ostras/RJ, de um lado, o MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ nº 39.223.581/0001-66 doravante designado simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, **Sra. Marcele Raquel de Mattos Martins**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº 11225765-4 IPF/RJ e inscrita no CPF sob o nº 074.031.397-55, residente e domiciliada no município de Rio das Ostras/RJ, e de outro lado, a(s) empresa(s) abaixo, a seguir denominado COMPROMITENTE(S), assinam o presente instrumento, em conformidade com o resultado do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90025/2026**, oriundo do **Processo Administrativo nº 49104/2025** devidamente homologado no aludido processo, REGISTRANDO OS PREÇOS para eventual contratação de empresa para confecção e fornecimento de **uniformes esportivos** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, nos Projetos Esportivos desenvolvidos pela Subsecretaria de Esporte e Lazer, em conformidade com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

EMPRESA(S)

....., com sede na ....., em ....., CEP ....., inscrita no CNPJ n.º....., neste ato representada por seu ....., Sr. ...., portador da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º .....

**CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTACAO LEGAL**

O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, constante no **Processo Administrativo nº 49104/2025**, regendo-se o mesmo pela Lei Federal nº 14133/2021 e alterações supervenientes, Lei Complementar nº 123/2006 com alterações inseridas pela Lei Complementar nº 147/2014 e pela Lei nº 11488/2007, art. 34, e, de forma suplementar pelos Decretos Municipais nºs 3884/2024 e 4039/2024, que regulamentou o Sistema de Registro de Preços, e demais normas pertinentes assim como pelas condições estabelecidas no Edital de **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90025/2026**, pelos termos da proposta constante do Anexo IV - Proposta de Preços e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição dos materiais especificados na Proposta de Preços (Anexo IV), que faz parte integrante deste instrumento, a ser fornecido quando deles o MUNICÍPIO tiver necessidade, conforme preços e quantidades seguintes:

**a) ORGAO GERENCIADOR E PARTICIPANTE**

**a.1) ORGAO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer – SEMEDE**

Item do TR Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quant Máxima	Quant Mínima	Valor Unit.	Prazo garantia ou validade

**a.2) ORGAO PARTICIPANTE:** Não houve participantes procedimento público de Intenção de Registro de Preços IRP nº 982921-00014/2026.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Ficam registrados os preços unitários propostos pelos fornecedores para o item consolidando o quantitativo total.

**Parágrafo Único**

Nos preços registrados e descritos já estão inclusas todas as despesas direta e indiretamente relacionadas ao seu correto fornecimento, inclusive impostos, tributos, transportes, fretes, seguros, mão-de-obra, encargos, securitários e tributários ou outros decorrentes ou que venham a ser devidos em razão do mesmo, não cabendo à Prefeitura quaisquer custos adicionais.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

**Parágrafo Primeiro**

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período inicial, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo Segundo**

O contrato decorrente de ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**Parágrafo Terceiro**

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentário respectivos.

**Parágrafo Quarto**

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Quinto**

O instrumento contratual de que trata o item \_\_\_\_ deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**Parágrafo Sexto**

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Cada fornecimento derivado desta Ata de Registro de Preços correrá por conta da respectiva verba indicada pela Secretaria Municipal de ..... - ..... para o exercício.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

O MUNICÍPIO, através da Secretaria Municipal, órgão participante, deste Registro de Preços não está obrigado a adquirir uma quantidade mínima ou máxima dos materiais, ficando o seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.

**Parágrafo Primeiro**

Os quantitativos dos materiais expressos na proposta detalhada referem-se à previsão anual de consumo, os quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes pelo MUNICÍPIO durante a vigência deste Registro de Preços.

**Parágrafo Segundo**

O COMPROMITENTE ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO**

A contratação do fornecedor registrado, COMPROMITENTE, será realizada de acordo com as Secretarias solicitantes, sendo formalizada por intermédio de instrumento contratual ou nota de empenho, cuja definição ocorrerá de acordo com o valor total a ser disponibilizado para sua aquisição.

**Parágrafo Primeiro**

A eventual compra dos materiais relacionados na Cláusula Terceira desta Ata será efetuada mediante solicitação da secretaria acima, à Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos, informando a descrição do objeto a ser adquirido, da quantidade, do prazo para o consumo e da respectiva dotação orçamentária, para a qual será providenciada a respectiva emissão do empenho de despesa.

**Parágrafo Segundo**

Para a contratação, a Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos verificará as condições de habilitação exigidas no Edital, no que couber, em cumprimento com o estabelecido no art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14133/2021, bem como se os preços registrados não se encontram superiores àqueles praticados no mercado.

**Parágrafo Terceiro**

Verificada a irregularidade do COMPROMITENTE, este, após formalmente comunicada, deverá no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sanar a impropriedade. Deixando de comparecer no prazo previsto ou não atender determinação, o COMPROMITENTE, ficará sujeita a aplicação das sanções administrativas.

**Parágrafo Quarto**

Na hipótese do preço registrado se tornar superior aquele praticado no mercado o COMPROMITENTE será convidado a reduzir o seu preço, a não aceitação ensejará no cancelamento do seu registro para o determinado material.

**Parágrafo Quinto**

Emitida a Nota de Empenho de despesa, a Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos convocará o COMPROMITENTE, que deverá no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, comparecer para assinar o Termo de Contrato ou receber a Nota de Empenho.

**Parágrafo Sexto**

Na hipótese da detentora da Ata de Registro de Preços se negar a receber a convocação para formalizar a contratação, o mesmo será enviado pelo correio, correspondência registrada, considerando-se como efetivamente recebido, na data do



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

registro para todos os efeitos legais ou através da publicação no Órgão Oficial do Município e no Jornal de grande circulação, considerando-se como efetivamente a data da Edição. Deixando de comparecer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, ficará sujeita a aplicação das sanções administrativas ao faltoso.

**Parágrafo Sétimo**

O contratante fica obrigado a verificar a necessidade permanente de pesquisa de mercado, inclusive antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados (Art.162, VI, do Decreto Municipal nº 3884/2024).

**CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO, LOCAL E FORMA DE ENTREGA DOS MATERIAIS**

As entregas serão programadas de forma a atender ao cronograma interno de distribuição dos projetos esportivos, nos seguintes prazos e condições:

Divisão	Descrição	Qtd. Total (100%)	1ª Parcela (30%)	2ª Parcela (30%)	3ª Parcela (40%) / Saldo	Prazo dias corridos após emissão OFOR
Itens avulsos	Bermuda masculina em tadel	2.106	632	632	842	30 dias
	Boné em tadel	630	189	189	252	30 dias
	Calça helanca	300	90	90	120	30 dias
	Short Muay Thay	100	30	30	40	30 dias
	Short helanca	50	15	15	20	30 dias
	Bermuda esporte passeio	240	72	72	96	30 dias
	Camisa polo	100	30	30	40	30 dias
	Meia soquete	280	84	84	112	30 dias
	Meião (futebol)	6.174	1.852	1.852	2.470	30 dias

Grupos Kits	KIT Futebol	84	25	25	34	30 dias
	KIT Basquete / Vôlei / Handebol	30	9	9	12	
	KIT Agasalho	200	60	60	80	

Grupo Tecido Dry-Fit	Camisa Dry-Fit	8.916	2.675	2.675	3.566	30 dias
	Camiseta Regata Dry-Fit	5.430	1.629	1.629	2.172	
	Calção Dry-Fit	5.560	1.668	1.668	2.224	
Grupo Tecido quimono	Quimono Infantil	600	180	180	240	30 dias
	Quimono Adulto	500	150	150	200	
Grupo Tecido Lycra	Camisa em lycra (Bodyboard)	200	60	60	80	30 dias
	Sunga em lycra	500	150	150	200	
	Maiô em lycra	900	270	270	360	
	Collant em lycra	100	30	30	40	
	Bermuda térmica lycra	5.430	1.629	1.629	2.172	
	Short lycra	100	30	30	40	

**Parágrafo Primeiro**

O fornecimento dos uniformes esportivos será realizado em até 03 (três) parcelas, de acordo com a necessidade da SEMEDE e mediante emissão de Ordens de Fornecimento.







**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**Parágrafo Segundo**

O consumo mínimo será de 30% (trinta por cento) do quantitativo total registrado, podendo a Administração convocar entregas adicionais até o limite máximo de 100% (cem por cento) do quantitativo registrado.

**Parágrafo Terceiro**

As entregas serão programadas de forma a atender ao cronograma interno de distribuição dos projetos esportivos, nos seguintes prazos e condições:

**Parágrafo Quarto**

Os uniformes esportivos deverão ser entregues diretamente no Almoxarifado da Subsecretaria de Esporte e Lazer – Estádio de Futebol Julieta Carvalho Vianna, sito à Rua Francisco I.G. de Barros s/nº – Operário – Rio das Ostras – RJ., no horário das 8 h às 16 h, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados.

**CLÁUSULA NONA – DA MANUTENÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELAS PARTES**

As partes se obrigam a cumprir todas as condições abaixo estipuladas:

**Parágrafo Primeiro**

Compete ao MUNICÍPIO, através da Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos:

- (a) administrar a presente Ata, acompanhando as prestações realizadas, o quantitativo solicitado e adquirido.
- (b) cuidar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação exigidas na licitação.
- (c) acompanhar a perfeita execução do presente Registro de Preços
- (d) solicitar a Secretaria Municipal de Fazenda a emissão da nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente a aquisição dos materiais.
- (e) contratar com aquele que detém o Preço Registrado, ou em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo se contratar por outra forma.
- (f) tomar providências para a formalização dos aditamentos somente em casos permitidos na legislação de regência, considerando a impossibilidade de aumento de quantitativo da ARP.

**Parágrafo Segundo**

Compete ao MUNICÍPIO, através da Secretaria Municipal de .....

- (a) requisitar, formalmente, o eventual fornecimento, definindo o prazo de consumo e o quantitativo dos materiais;
- (b) formar uma comissão para receber os materiais, provisoriamente e definitivamente, visando o controle da qualidade e quantidade,
- (c) cuidar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação técnica exigida na licitação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas, como os prazos de fornecimento e de substituição dos materiais;
- (d) fiscalizar a perfeita execução do futuro contrato,
- (e) definir a dotação orçamentária

**Parágrafo Terceiro**

Compete ao COMPROMITENTE a ser contratado:

- (a) entregar os materiais no local indicado e nas condições estabelecidas no edital.
- (b) atender todos os pedidos durante o período de duração do Registro de Preços.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

- (c) providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Secretaria Municipal de ..... - ....., referentes à forma e prazo de fornecimento dos materiais e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata.
- (d) apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.
- (e) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao MUNICIPIO ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

**CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**Parágrafo Primeiro**

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**Parágrafo Segundo**

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**Parágrafo Terceiro**

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**Parágrafo Quarto**

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados em razão da superveniente alteração da realidade do mercado, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Quinto**

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

**Parágrafo Sexto**

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**Parágrafo Primeiro**

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**Parágrafo Segundo**

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**Parágrafo Terceiro**

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**Parágrafo Quarto**

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**Parágrafo Quinto**

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Sexto**

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**Parágrafo Sétimo**

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**Parágrafo Oitavo**

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**Parágrafo Nono**

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

**Parágrafo Décimo**

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**Parágrafo Décimo Primeiro**

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**Parágrafo Décimo Segundo**

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, nas hipóteses previstas abaixo, respeitada, no que couber, o direito de justificativa e ampla defesa.

**Parágrafo Primeiro**

Pela Administração quando:

- (a) o COMPROMITENTE não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- (b) o COMPROMITENTE não formalizar o contrato, decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO;
- (c) ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- (d) se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado torna-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 171, § 8º, do Decreto nº 3884, de 2024
- (e) o COMPROMITENTE der causa à rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços ou contrato decorrente do Registro de Preços,
- (f) por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

**Parágrafo Segundo**

Pelo COMPROMITENTE, mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução das obrigações, decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado estar impossibilitada de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento convocatório, nesta ATA, bem como perdas e danos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

O COMPROMITENTE estará sujeito às penalidades previstas no item 13 do Edital, ficando sujeita, ainda, às demais sanções previstas na **Lei nº 14.133/2021**, no Decreto Municipal nº 4039/2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E AO CONTRATO**

Fazem parte integrante e complementar desta **Ata de Registro Nº XXX/2026**, independentemente de sua transcrição, cláusulas e disposições contidas no Edital de **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90025/2026** e seus anexos, na Proposta de Preços (Anexo IV) e do Termo de Contrato, que vier a ser assinado, constante do **Processo Administrativo nº 49104/2025** porventura aqui omitidas.

**Parágrafo Primeiro**

Fica estabelecido que em caso de divergência, discrepâncias e interpretações entre o contido nesta Ata de Registro de Preços e no Edital prevalecerá sempre este último.

**Parágrafo Segundo**

A eventual tolerância de qualquer infração às disposições desta Ata de Registro de Preços, do Edital, da legislação ou das normas aplicáveis, não figurará novação, renúncia ou perda de quaisquer direitos do MUNICÍPIO ou do COMPROMITENTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA VEDAÇÃO A ACRESCIMOS DE QUANTITATIVOS**





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**Parágrafo Único**

E vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal, que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, conforme o disposto no art. 157, do Decreto 3884/2024.

**Parágrafo Primeiro**

As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório, registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

**Parágrafo Segundo**

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

- a) Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.
- b) Os órgãos ou entidades poderão solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º, do art. 86, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CADASTRO DE RESERVA**

Não houve participantes do procedimento licitatório interessados no Cadastro de Reserva.

OU

De acordo com o disposto no item 11, do edital de licitação, e conforme registrado no **Anexo A** dessa Ata de Registro de Preços, também fica formalizado o Cadastro de Reserva de Reserva de \_\_\_\_ fornecedor(es)/prestador(es) de serviços interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, com preços iguais ao do licitante vencedor, havendo cancelamento de registro e seguindo a ordem de classificação final no certame, por ITEM pelo período remanescente da vigência originalmente prevista para o registro de preços.

**Parágrafo Primeiro**

A formação de Cadastro de Reserva vincula o(s) particular(es) aos termos da proposta do titular em relação ao preço, obrigando-se a assumir a titularidade do registro em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ordem de classificação.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**Parágrafo Segundo**

A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no Cadastro de Reserva, da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação prevista no edital de licitação.

**Parágrafo Terceiro**

Havendo alteração da titularidade do registro com base no Cadastro de Reserva, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

**Parágrafo Quarto**

A convocação de licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, com a oportuna verificação das condições de habilitação previstas no edital de licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PAGAMENTO**

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

- I- realizar o procedimento de intenção de registro na forma do art. 154, deste Decreto;
- II- consolidar todas as informações relativas a estimativa individual e total de consumo encaminhadas pelos órgãos participantes para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
- III- elaborar o projeto básico ou termo de referência do registro de preços;
- IV- promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente;
- V- realizar a necessária pesquisa de mercado ampla e diversificada para elaboração da estimativa orçamentária, devendo zelar pela maior amplitude possível das fontes pesquisadas;
- VI- confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;
- VII- realizar todo procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;
- VIII- gerenciar a ata de registro de preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes;
- IX- conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;
- X- divulgar o conteúdo do edital, da ata de registro de preços, os eventuais contratos e termos aditivos, na Imprensa Oficial, no sítio eletrônico da Prefeitura e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO DETENTOR DA ATA**

O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua respectiva requisição de objeto, adequada ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

- I- garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;
- II- manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório;







**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

- III- tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório;
- IV- promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter indicação do fornecedor, dos respectivos quantitativos e dos valores a serem praticados, encaminhando posteriormente as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- V- assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto a valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem quanto a sua utilização;
- VI- zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e
- VII- informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas em edital, firmadas na ata de registro de preços, as divergências relativas à entrega, às características e à origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

O COMPROMITENTE deve ter pleno conhecimento das disposições constantes desta Ata, bem como de todas as condições gerais, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo à do perfeito cumprimento do Termo de Ata.

**Parágrafo Primeiro**

O presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**Parágrafo Segundo**

Fica eleito o foro do Contrato o da Comarca do Município de Rio das Ostras para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em 04 vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio das Ostras, ..... de ..... de 2026.

**P/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER**

**P/ CONTRATADA**

**Testemunhas:**



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**ANEXO II A - CADASTRO DE RESERVA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

De acordo com disposto no subitem 11 do edital de licitação por **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90025/2026**, para o fornecimento/execução de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, ficam registrados os preços dos licitantes que aceitaram cotar os serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

<b>Xª Classificada</b>						
<b>Empresa:</b>						
<b>Endereço:</b>						
<b>CNPJ:</b>		<b>E-mail:</b>		<b>Telefone:</b>		
<b>ITEM</b>	<b>LOTE</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QTD TOTAL ESTIMADA</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO R\$</b>	<b>SUBTOTAL R\$</b>
01	01		Unidade			
<b>TOTAL ESTIMADO</b>						
02	02		Unidade			
<b>TOTAL ESTIMADO LOTE 02</b>						
03	03		Unidade			
04			Unidade			
05			Unidade			
<b>TOTAL ESTIMADO LOTE 3</b>						
<b>PREÇO TOTAL REGISTRADO</b>						



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS**

EXCLUSIVO ME / EPP						
ITENS AVULSOS						
ITEM	CATMAT	MATERIAL/SERVIÇO Descrição do material	UND	QTD	VALORES ESTIMADOS R\$	
					Preço Unit. R\$	
1	604653	Bermuda masculina em tadel	UND	2106		
2	624319	Boné em tadel	UND	630		
3	477853	Calça 100% poliamida helanca (capoeira)	UND	300		
4	255882	Short – Fabricado em cetim (Muay Thay)	UND	100		
5	611670	Short em helanca (100% poliamida)	UND	50		
6	625115	Bermuda Esporte, tipo passeio	UND	240		
7	614134	Camisa Polo	UND	100		
8	627052	Meia Soquete	PAR	280		
GRUPO I						
9	602239	Confecção de JOGOS (KIT) de uniforme para participação dos alunos do Projeto Escola de Desporto (BASQUETE, VÔLEI E HANDEBOL)	KIT	30		
GRUPO II						
10	626032	Confecção de (KIT) conjuntos de agasalho.	KIT	200		
					TOTAL ME / EPP (R\$)	

DESTINADOS A AMPLA CONCORRÊNCIA						
ITEM AVULSO						
ITEM	CATMAT	MATERIAL/SERVIÇO Descrição do material	UND	QTD	VALORES ESTIMADOS R\$	
					Preço Unit. R\$	
11	467293	Meião (futebol)	PAR	6174		
GRUPO III						
12	613369	Camisa com tecnologia DRY-FIT	UND	8916		
13	613040	Camiseta Regata com tecnologia DRY-FIT	UND	5430		
14	375380	Calção com tecnologia DRY-FIT	UND	5560		
					TOTAL GRUPO III (R\$)	
GRUPO IV						
15	303495	Quimono Tamanho Infantil	UND	600		
16	303498	Quimono Tamanha Adulto	UND	500		
					TOTAL GRUPO IV (R\$)	
GRUPO V						
17	44651	Bermuda térmica em lycra	UND	5430		



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

18	<b>600811</b>	Camisa em lycra (Bodyboard)	UND	200		
19	<b>221607</b>	Sunga em lycra	UND	500		
20	<b>460770</b>	Maiô em lycra	UND	900		
21	<b>222122</b>	Collant em lycra	UND	100		
22	<b>625373</b>	Short em lycra	UND	100		
<b>TOTAL GRUPO V (R\$)</b>						
<b>GRUPO VI</b>						
23	<b>602240</b>	Confecção de JOGOS (KIT) de uniforme para FUTEBOL	KIT	84		
<b>TOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA (R\$)</b>						
<b>TOTAL GERAL (R\$)</b>						

No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Compras.gov.br, prevalecerá a descrita neste edital.

Para cálculo da Proposta de Preços deve-se utilizar o truncamento em todas as multiplicações com apenas duas casas decimais, no Valor Unitário pelo quantitativo



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**ANEXO IV – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE**

EXCLUSIVO ME / EPP						
ITENS AVULSOS						
ITEM	CATMAT	MATERIAL/SERVIÇO Descrição do material	UND	QTD	VALORES ESTIMADOS R\$	
					Preço Unit. R\$	
1	604653	Bermuda masculina em tadel	UND	2106	24,60	51.807,60
2	624319	Boné em tadel	UND	630	25,27	15.920,10
3	477853	Calça 100% poliamida helanca (capoeira)	UND	300	39,37	11.811,00
4	255882	Short – Fabricado em cetim (Muay Thay)	UND	100	52,47	5.247,00
5	611670	Short em helanca (100% poliamida)	UND	50	44,87	2.243,50
6	625115	Bermuda Esporte, tipo passeio	UND	240	44,60	10.704,00
7	614134	Camisa Polo	UND	100	31,58	3.158,00
8	627052	Meia Soquete	PAR	280	10,55	2.954,00
GRUPO I						
9	602239	Confecção de JOGOS (KIT) de uniforme para participação dos alunos do Projeto Escola de Desporto (BASQUETE, VÔLEI E HANDEBOL)	KIT	30	844,84	25.345,20
GRUPO II						
10	626032	Confecção de (KIT) conjuntos de agasalho.	KIT	200	126,59	25.318,00
TOTAL ME / EPP (R\$)						154.508,40

DESTINADOS A AMPLA CONCORRÊNCIA						
ITEM AVULSO						
ITEM	CATMAT	MATERIAL/SERVIÇO Descrição do material	UND	QTD	VALORES ESTIMADOS R\$	
					Preço Unit. R\$	
11	467293	Meião (futebol)	PAR	6174	15,87	97.981,38
GRUPO III						
12	613369	Camisa com tecnologia DRY-FIT	UND	8916	24,02	214.162,32
13	613040	Camiseta Regata com tecnologia DRY-FIT	UND	5430	22,72	123.369,60
14	375380	Calção com tecnologia DRY-FIT	UND	5560	17,61	97.911,60
TOTAL GRUPO III (R\$)						435.443,52
GRUPO IV						
15	303495	Quimono Tamanho Infantil	UND	600	156,90	94.140,00
16	303498	Quimono Tamanho Adulto	UND	500	151,69	75.845,00
TOTAL GRUPO IV (R\$)						169.985,00
GRUPO V						
17	44651	Bermuda térmica em lycra	UND	5430	32,20	174.846,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

18	<b>600811</b>	Camisa em lycra (Bodyboard)	UND	200	53,68	10.736,00
19	<b>221607</b>	Sunga em lycra	UND	500	54,15	27.075,00
20	<b>460770</b>	Maiô em lycra	UND	900	57,17	51.453,00
21	<b>222122</b>	Collant em lycra	UND	100	55,73	5.573,00
22	<b>625373</b>	Short em lycra	UND	100	28,68	2.868,00
<b>TOTAL GRUPO V (R\$)</b>						<b>272.551,00</b>
<b>GRUPO VI</b>						
23	<b>602240</b>	Confecção de JOGOS (KIT) de uniforme para FUTEBOL	KIT	84	1.363,25	<b>114.513,00</b>
<b>TOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA (R\$)</b>						<b>1.090.473,90</b>
<b>TOTAL GERAL (R\$)</b>						<b>1.244.982,30</b>





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**ANEXO V – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2026**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:**

O **MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS**, ente de direito público interno, CNPJ nº 39.223.581.0001/66, com sede na Rua Campo de Albacora, nº 75 - Loteamento Atlântica - Rio das Ostras/RJ, doravante denominado **MUNICÍPIO** neste ato representado pela **Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, Sra. Marcele Raquel de Mattos Martins**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº 11225765-4 IPF/RJ e inscrita no CPF sob o nº 074.031.397-55, residente e domiciliada no município de Rio das Ostras/RJ de um lado, e de outro, a **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXX, nº XXXX, N° xxx – Bairro xxxx – Cidade/ Estado, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXXXXXX**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade xxxxxxxxxxxxxxxx e inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominado **CONTRATADA**, assinam o presente **CONTRATO**, em conformidade com o resultado do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90025/2026**, oriundo do **Processo administrativo nº 49104/2025**, que se regerá pelas Cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para aquisição de materiais esportivos a serem utilizados pelas unidades escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer – SEMEDE, bem como nos projetos oferecidos pela Subsecretaria de Esporte e Lazer, essenciais para a execução das atividades esportivas no Município, nos termos da tabela abaixo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA (QUANDO COU- BER)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1						
2						
...						
TOTAL GERAL R\$						

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do contratado;
- Eventuais anexos dos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do caput do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo Primeiro**





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da formalização adequada, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da lei 14133/2021, caso em que deverá a CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

**Parágrafo Segundo**

A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como a inexistência de registros no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal.

**Parágrafo Terceiro**

O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**Parágrafo Quarto**

O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

**Parágrafo Primeiro**

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação (fornecimento dos uniformes).

**Parágrafo Segundo**

A subcontratação fica limitada ao serviço de transporte para entrega dos uniformes nos locais estipulados no Termo de Referência, não podendo ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do valor total.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....)

**Parágrafo Primeiro**

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**Parágrafo Segundo**

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

Considerando o disposto no art. 25, § 8º, da Lei n.º 14133/2021, bem como considerando que o prazo começa a ser contado do orçamento estimado, segundo o § 3º do art. 92 da mesma Lei. Os preços inicialmente são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da conclusão do orçamento estimado definitivo.

**Parágrafo Primeiro**

Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

a) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**Parágrafo Segundo**

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**Parágrafo Terceiro**

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**Parágrafo Quarto**

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

a) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio do termo aditivo.

**Parágrafo Quinto**

O reajuste será realizado por apostilamento, ou por aditivo.

**Parágrafo Sexto**

O reajuste a que a futura contratada fizer jus e não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual, se não houver qualquer ressalva no respectivo termo, ou com o encerramento do contrato.

**Parágrafo Sétimo**

Os pedidos de reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro, conforme o caso, deverão ser respondidos pela Contratante no prazo de 90 (noventa) dias após conclusão da análise final da Controladoria-Geral do Município, devendo a Contratada juntar toda a documentação que for solicitada.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

São obrigações do Contratante:



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**Parágrafo Primeiro**

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**Parágrafo Segundo**

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**Parágrafo Terceiro**

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**Parágrafo Quarto**

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**Parágrafo Quinto**

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**Parágrafo Sexto**

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**Parágrafo Sétimo**

Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**Parágrafo Oitavo**

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**Parágrafo Nono**

A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**Parágrafo Décimo**

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

**Parágrafo Décimo Primeiro**

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.

**Parágrafo Décimo Segundo**



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**Parágrafo Décimo Terceiro**

O contratante fica obrigado a verificar a necessidade permanente de pesquisa de mercado, inclusive antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados (Art.162, VI, do Decreto Municipal nº 3884/2024).

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**Parágrafo Primeiro**

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**Parágrafo Segundo**

Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**Parágrafo Terceiro**

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**Parágrafo Quarto**

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**Parágrafo Quinto**

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**Parágrafo Sexto**

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**Parágrafo Sétimo**

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**Parágrafo Oitavo**

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**Parágrafo Nono**

Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**Parágrafo Décimo**

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**Parágrafo Décimo Primeiro**

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**Parágrafo Décimo Segundo**

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**Parágrafo Décimo Terceiro**

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**Parágrafo Décimo Quarto**

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Décimo Quinto**

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**Parágrafo Décimo Sexto**

Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**Parágrafo Décimo Sétimo**





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando for o caso;

**Parágrafo Décimo Oitavo**

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando for o caso;

**Parágrafo Décimo Nono**

Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**Parágrafo Vigésimo**

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre

**CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**Parágrafo Primeiro**

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**Parágrafo Segundo**

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**Parágrafo Terceiro**

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**Parágrafo Quarto**

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**Parágrafo Quinto**

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação pra fins de comprovação de cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**Parágrafo Sexto**

É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**Parágrafo Sétimo**

O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**Parágrafo Oitavo**

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**Parágrafo Nono**

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**Parágrafo Décimo**

Banco de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeitos de responsabilização, em caso de eventuais casos de omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**Parágrafo Décimo Primeiro**

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**Parágrafo Décimo Segundo**

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

Caberá ao MUNICÍPIO fiscalizar a execução deste Contrato, de forma imediata através da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer. Incumbe à fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios, definidos na legislação pertinente, nas especificações dos serviços, neste Contrato, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste Contrato e na legislação em vigor, observado o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Primeiro**

Os servidores responsáveis pela fiscalização deste contrato, que deverão acompanhar toda execução, bem como atestar a sua realização, serão:

Gestor de contrato: XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

Fiscal Administrativo: XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

Fiscal Técnico: XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

**Parágrafo Segundo**

Incumbe à fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios, definidos na legislação pertinente, nas especificações dos serviços, neste Contrato, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas no Contrato e na legislação em vigor, observado o contraditório e a ampla defesa;





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 96)**

O Contrato conta com garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% de seu valor do Contrato.

**Parágrafo Primeiro**

A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 05 (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

**Parágrafo Segundo**

Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

**Parágrafo Terceiro**

A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**Parágrafo Quarto**

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

**Parágrafo Quinto**

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**Parágrafo Sexto**

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

**Parágrafo Sétimo**

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo acima, observada a legislação que rege a matéria.

**Parágrafo Oitavo**

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica a ser indicada pelo Município, com correção monetária.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**Parágrafo Nono**

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

**Parágrafo Décimo**

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**Parágrafo Décimo Primeiro**

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**Parágrafo Décimo Segundo**

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**Parágrafo Décimo Terceiro**

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**Parágrafo Décimo Quarto**

O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**Parágrafo Décimo Quinto**

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.

**Parágrafo Décimo Sexto**

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**Parágrafo Décimo Sétimo**

A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**Parágrafo Décimo Oitavo**

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

**Parágrafo Décimo Nono**



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

**Parágrafo Vigésimo**

A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

Com fulcro na **Lei nº 14.133, de 2021**, no Decreto Municipal nº 4039, de 2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**I-** Advertência

**II-** Multa:

- a) compensatória;
- b) de mora.

**III-** Impedimento de licitar e contratar

**IV-** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Parágrafo Primeiro**

As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “a” do inciso II.

**Parágrafo Segundo**

A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

**I-** Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso injustificado, na entrega de material ou execução de serviços e 1% (um por cento) ao dia após o 15º (décimo quinto) dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

**II-** O atraso na prestação da garantia contratual pelo licitante vencedor ou contratante acarretará a aplicação de multa, nos seguintes termos:

**a)** atraso de 30 (trinta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da garantia;

**b)** atraso entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da garantia;

**c)** atraso superior a 60 (sessenta) dias do termo final para a prestação da garantia: multa de 5% (cinco por cento) do valor da garantia.

**III-** De 3% (três por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços ou para a contratação direta, para aquele que:

**a)** na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;

**b)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**c)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**d)** tumultuar a sessão pública da licitação;

**e)** descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

**f)** propor recursos e impugnações manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

- g)** deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
  - h)** deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;
  - i)** permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
  - j)** deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
  - k)** não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;
  - l)** manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
  - m)** utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
  - n)** tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
  - o)** deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
  - p)** deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
  - q)** deixar de repor funcionários faltosos;
  - r)** deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
  - s)** deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
  - t)** deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
  - u)** deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.
- IV-** De 10% (dez por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:
- a)** inexecução parcial, com ou sem prejuízo para o ente Contratante;
  - b)** quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.
- V-** De 20% (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:
- a)** apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - b)** fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
  - c)** comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
  - d)** prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - e)** prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
  - f)** entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
  - g)** dar causa à inexecução total do objeto do contrato, da Ata de Registro de Preços;
  - h)** recusa do infrator em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, salvo se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, do qual não tenha dado causa ou concorrido negligentemente, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, mediante decisão favorável e motivada da autoridade competente;
  - i)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.







**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**Parágrafo Terceiro**

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

**Parágrafo Quarto**

Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o *caput* e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.

**Parágrafo Quinto**

O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**Parágrafo Sexto**

A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.

**Parágrafo Sétimo**

Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios estabelecido no Decreto Municipal nº 4039, de 2024:

**Parágrafo Oitavo**

Será aplicada a sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- Impedimento pelo período de até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) tenha sofrido três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;
- f) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos no contrato e/ou na Ata de Registro de Preços;
- g) tumultue a sessão pública de licitação;
- h) dê ensejo ao cancelamento parcial do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços;
- i) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- j) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;
- k) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- l) induza em erro a Administração;
- m) seja reincidente na penalidade de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
  - 1. atraso na execução do objeto;
  - 2. alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;
  - 3. não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa.
- n) atraso na execução do disposto na Ata de Registro de Preços ou no contrato;





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**II-** Impedimento pelo período entre 01 (um) ano até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) a paralisação injustificada do serviço, da obra ou do fornecimento de bens;
- c) à rescisão do contrato e/ou Ata de Registro de Preços;
- d) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
- e) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade.

**III-** Impedimento pelo período entre 02 (dois) anos até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) dar causa à inexecução total do contrato;
- b) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- c) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações ou contratações diretas, no momento da contratação ou durante a execução do contrato;
- d) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
- e) comportamento inidôneo;
- f) apresentação de documentação falsa;
- g) falha ou fraude na execução do contrato;
- h) fraude fiscal.

**Parágrafo Nono**

A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

**Parágrafo Décimo**

Será aplicada a sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

**I-** Pelo período entre 03 (três) anos até 04 (quatro) anos, no caso de o infrator:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

**II-** Pelo período entre 04 (quatro) anos até 05 (cinco) anos, no caso de o infrator:

- a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**III-** Pelo período entre 05 (cinco) anos até 06 (seis) anos, caso o infrator:

- a) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa);
- b) existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais;
- c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

**Parágrafo Décimo Primeiro**

Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal nº 4039, de 2024, pelo prazo máximo de 06 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**Parágrafo Décimo Segundo**





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

O cometimento de mais de 01 (uma) infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente 01 (uma) delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

**Parágrafo Décimo Terceiro**

A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**Parágrafo Décimo Quarto**

Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**Parágrafo Décimo Quinto**

Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**Parágrafo Décimo Sexto**

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Parágrafo Décimo Sétimo**

A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**Parágrafo Primeiro**

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**Parágrafo Segundo**

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**Parágrafo Terceiro**

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**Parágrafo Quarto**

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**Parágrafo Quinto**

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**Parágrafo Sexto**

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

**Parágrafo Sétimo**

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Oitavo**

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021)."

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer – SEMEDE deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- Fonte de Recursos:
- Programa de Trabalho:
- Elemento de Despesa:
- Nota de Empenho:

A administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem na sua manutenção.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICAVEL E DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal 3884/2024, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90025/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49104/2025**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Primeiro**

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**Parágrafo Segundo**

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do jurídico jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Terceiro**

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)**

Fica eleito o Foro da Justiça do Município de Rio das Ostras para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Rio das Ostras, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**P/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER**

**P/ CONTRATADA**

**Testemunhas:**